Esquerda Socialista
Director: Augusto Mateus
Órgão do Movimento de Esquerda Socialista
ANO I N.º 23 / 1 de Abril de 1975
Preço 3$00

EDITORIAL

A institucionalização do M.F.A., com a criação do Conselho Superior da Revolução e a abertura da Assembleia de Delegados do M.F.A. a milicianos, sargentos, soldados e marinheiros, significando o reforço das posições progressistas no seu seio, veio mostrar, uma vez mais, a necessidade de se encarar o M.F.A. não como algo de estático, mas como um movimento que vai sofrendo alterações com a evolução da luta de classes.

Se com o 11 de Março a corrente spinolista sofreu um profundíssimo golpe, isso não significa que os oficiais direitistas não continuem a manter posições importantes no seio do M.F.A. e das Forças Armadas. O desmantelamento da corrente spinolista impõe antes uma recomposição da corrente direitista, que se fará em torno do bloqueamento do saneamento militar e da profissionalização das Forças Armadas.

O M.F.A. mantém, portanto, no seu seio as mesmas contradições mas funcionando, a partir do 11 de Março, em bases diferentes que se asseguram, por um lado, um maior peso aos sectores progressistas, continuam a abrir, por outro lado, o caminho ao golpismo reaccionário.

A questão fundamental continua a ser a da efectiva ligação no concreto do M.F.A. ao movimento popular de massas, aos problemas e às lutas dos trabalhadores. É dessa ligação que depende em última análise uma evolução progressista do M.F.A., reflectindo em si os avanços da luta dos explorados e oprimidos.

A formação do IV Governo Provisório, que continua a manter as características de um Governo **de conciliação de classes, a não ilegalização dos partidos fascizantes (P.D.C. e C.D.S.)** e mesmo a autorização dada ao C.D.S. para concorrer às eleições, juntamente com **a tentativa de afastamento por via administrativa de agrupamentos ditos de extrema esquerda** como a A.O.C. e o M.R.P.P., **mostram que o M.F.A. não teve capacidade de levar por diante a clarificação política que a situação criada pelo 11 de Março exigia, isto fundamentalmente pelo espectro das eleições e pelo aumento da pressão imperialista, mostrando que reforço das posições progressistas não significa, no momento actual, ultrapassagem do projecto reformista.**

Deste modo não só o Governo Provisório, com a sua constituição, não poderá levar por diante as medidas concretas de ataque ao poder capitalista que se impõem para que a iniciativa e a movimentação das massas populares aprofundem decisivamente a situação em favor dos seus interesses, como as eleições burguesas para a Constituinte, claramente inoportunas e desadaptadas em relação aos interesses, problemas e lutas dos trabalhado-

Continua na pág. 2

ANGOLA PORTUGAL
CONTRA O IMPERIALISMO
UM SÓ COMBATE

Uma vez mais o imperialismo e seus lacaios massacraram em Angola as forças populares. Os factos são do conhecimento público: dezenas de recrutas do Centro de Instrução Revolucionária Hoji la Henda, do M. P. L. A., foram capturados traiçoeiramente e barbaramente fuzilados pelo E. L. N. A. (que ninguém sabe se é exército de angolanos ou zairenses, se ao serviço de Holden ou de Mobutu, ou dos interesses imperialistas dos dois!): dezenas de civis foram indiscriminadamente seviciados pelos mesmos carniceiros já conhecidos pelos massacres da U. P. A. em 1961.

Tais factos porém não aconteceram isoladamente. Inserem-se, pelo contrário, numa longa escalada imperialista dos mercenários robertistas-mobutistas da F. N. L. A., ultimamente perpassada de usurpação e violação aos acordos da Penina.

ESCALADA IMPERIALISTA

Quem não está lembrado, entre outras muitas provocações, do rapto do jornalista progressista António Cardoso pelos homens de Vaal Neto (secretário de Estado da Informação pela F. N. L. A.)? E do ataque sistemático da F. N. L. A. aos musseques tentando destruir os embriões de «poder popular» lançados pelo M. P. L. A.? E das provocações constantes aos militantes do M. P. L. A., desde o arrogante puxar a pistola do ministro do Interior Ngola Cabunku (F. N. L. A.) ao membro do Colégio Presidencial pelo M. P. L. A. Lopo do Nascimento, em pleno Conselho de Ministros, passando pelas rajadas de metralhadoras contra a residência de Cornélio Caley (secretário de Estado do Trabalho pelo M. P. L. A.), até aos disparáveis salários.

Todos sabemos que desde 25 de Abril os nossos patrões não se têm calado, **SAUDOSISTICAMENTE** di-

zendo-nos que estão em crise, que isto está mau... que não podem... etc.

Todos sabemos que, senão para todos os patrões, helo menos para a grande maioria, o retorno aos tempos de antes do 25 de Abril são o seu objectivo. Uns dizem-nos, mais ou menos claramente, outros menos corajosos tentam esconder os seus pensamentos mas, como não conseguem esconder as suas atitudes... **denunciam-se.**

Julgámos no início da discussão pré-contratual,

Continua na pág. 2

Operários exigem novo contrato

Face à atitude reaccionária e anti-operária assumida pelos representantes do patronato, os Sindicatos de Lanifícios decidiram interromper as negociações que se arrastavam já há bastante tempo e que visavam um novo acordo colectivo para o ramo.

Face ao impasse, e como modo de pressionar os capitalistas exploradores a aceitarem as justas reivindicações dos operários dos lanifícios, foi decidida para ontem, dia 31, uma paralisação de 30 minutos em todas as fábricas do ramo.

É esta uma primeira medida, a que se seguirão as que os trabalhadores julgarem necessárias, para levar por diante vitoriosamente a luta pela consagração da proposta sindical no novo contrato colectivo.

Adiante publicamos o comunicado emitido pelas direcções dos Sindicatos de Lisboa, Porto, Covilhã, Gouveia e Castanheira de Pera).

Todos sabemos que sempre foi apanágio dos patrões dos Lanifícios explorar-nos o máximo para ganharem o máximo.

Todos sabemos que, durante anos, temos trabalhado em condições infra-humanas.

Todos sabemos que os nossos patrões, mesmo com leis feitas por eles e pelo Governo fascista, sempre tentaram que as mesmas não fossem cumpridas.

Todos sabemos quantas dificuldades temos tido e quantas lamentações temos ouvido, sempre que tivemos que negociar um contrato ou quaisquer alterações no mesmo.

Todos sabemos a mentalidade retrógrada, reaccionária e anti-operária que os patrões dos Lanifícios manifestam nas Fábricas, **dia-a-dia** e sempre que se trata de quaisquer melhorias, nas condições de vida, para nós trabalhadores.

Todos nos lembramos que, já depois do 25 de Abril, foi necessário lutarmos, através da Greve, durante 12 dias, em todas as fábricas, e em algumas até mais, para conseguirmos **1000$00 (MIL ESCUDOS)** de aumento nos nossos mise-

Continua na pág. 5

Esquerda Socialista

Continuação da pág. 1

res, entregando muito provavelmente, uma vitória às forças contra-revolucionárias e anticomunistas **P.P.D./P.S., criarão as condições para que a direita do M.F.A. e das Froças Armadas e o imperialismo, possam mais facilmente intervir em defesa das «liberdades», da «legalidade democrática» e do «espírito do 25 de Abril».**

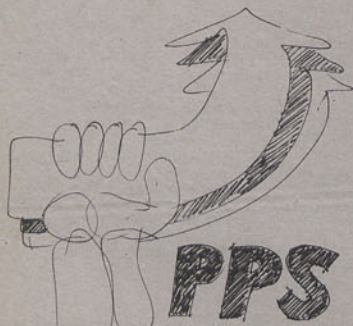
Nesta situação claramente contraditória interessa aprofundar os avanços obtidos no pós-11 de Março: a maior abertura da Assembleia do M.F.A. e o reforço das posições progressistas no seu seio, por um lado, e a nacionalização da Banca e dos Seguros, por outro lado.

Nesta situação importa, por incapacidade, não criar falsos inimigos e errados objectivos de luta. Na situação actual o que importa combater não é o capitalismo de Estado em si, mas o seu papel no processo de transformação económica e política em curso. O que importa é derrotar os que pretendem fazer do processo de nacionalização um processo ao serviço dos interesses dos pequenos e médios capitalistas comerciais, industriais e agrários. Não se trata, portanto, do combate ideológico ao capitalismo de Estado, mas sim do combate prático à estatização burocrática da economia, à manutenção da lógica capitalista, ao papel privilegiado dos técnicos pelo efectivo controlo político dos trabalhadores sobre o processo.

O verdadeiro combate a travar, e sem o qual não haverá ataque ao poder do capital nem golpes profundos no capital financeiro, é o do fortalecimento das comissões de trabalhadores e de moradores, da sua coordenação; é o da democracia sindical e do sindicalismo de classe, isto é, o do lançamento de um poderoso movimento de massas anticapitalistas, impulsionador da afirmação do poder operário e popular.

Numa situação com estas características em que as opções e as lutas tem de ter um sentido cada vez mais geral e em que o regime autoritário que as forças burguesas procuram instalar no nosso país se mostra ser cada vez menos democrático, não se pode desprezar a importância da eleição de deputados revolucionários para a Constituinte.

A participação revolucionária no processo eleitoral é a que se faz numa perspectiva não eleitoralista, isto é, a que se faz fundamentalmente para a organização das massas exploradas e oprimidas, a divulgação das suas lutas e a generalização das suas experiências, sem desprezar o terreno eleitoral e a sua importância, aceitando o combate ideológico, levando em conta os anseios das massas pupulantes em ter respostas concretas aos seus problemas concretos e reconhece a importância do voto revolucionário, comunista.

ÚLTIMA HORA

Directamente da C. N. E. recebemos a informação de que, apesar de estarem ultrapassados todos os prazos foi aceite e legalizada a formação de um novo partido que muito enriquecerá a cena política democrática portuguesa.

Trata-se do P. P. S., que se propõe lutar pela instauração em Portugal de um socialismo capitalista em liberdade.

Lisboa 1.4.75

Continuação da pág. 1

ros gratuitos contra as sedes do M. P. L. A.?

Quem não está lembrado das manobras divisionistas de Chipenda, a soldo do imperialismo, com a cobertura contra a residência de da F. N. L. A., e das suas provocações no Luso e em Luanda aos acordos da Penina, que custaram a vida entre outros do valoroso comandante Valoria do M. P. L. A.? Quem ignora o comportamento da F. N. L. A. que, entre outros, raptou traiçoeiramente um comandante de katangueses exilado em Luanda, mandando-o preso para Khinshasa, precisamente quando Mobutu proclamava «humanitariamente» uma «amnistia» para o repatriamento de todos os exilados?

Enfim, seria interminável a lista de exemplos que aqui poderiamos aduzir, para demonstrações do comportamento provocador da F. N. L. A., que chacina, rapta, rouba e corrompe!

MAS ENQUANTO ISTO SE DÁ — e é o que mais grave se nos afigura — **regressam a Angola e à primeira fila da sua vida pública, nas hostes da F. N. L. A., homens até há tempos procurados pela Junta Militar a que presidia Rosa Coutinho, como ex-pides, e implicados em actividades conspiratórias contra a descolonização.** É o caso de Rui Correia de Freitas, agora regressado e posto pela F. N. L. A. na direcção do «Província de Angola». É o caso de António Ferronha, outro conhecido golpista spinolista, preceptor dos filhos de Mobutu. É o caso de Jaime de Oliveira e tantos outros.

Enquanto isto se dá, os pides andam à solta, instalam-se, conspiram, reorganizam-se, ao lado da F. N. L. A. O saneamento no interior das Forças Armadas Portuguesas continua por fazer. Ocupam nelas lugares de responsabilidade homens de escassíssima confiança política como o **ten.-cor. Almendra**, braço direito do alto-comissário Silva Cardoso, e muitos outros conhecidos spinolistas. (A propósito: que anda a fazer no Lunda, comandando tropas da Diamang, o conhecido spinolista **major Mariz Fernandes?** Será que o 11 de Março nada teve a ver, nem nunca terá, com Angola? Quem não se recorda das ligações entre os conspiradores spinolistas do 28 de Setembro aqui e de poucos dias depois em Angola (agora regressados aos poucos, a coberto da F. N. L. A.)?

Tudo isto demonstra à evidência a degradação do clima político, pela intimidação, provocação, o desrespeito mais elementar pelos acordos da Penina, que a F. N. L. A. se encarrega de levar a cabo impunemente. Os seus ditos «militares» — mercenários sem qualquer espécie de ideal que não seja o soldo — enchem Luanda, falando francês, como se estivessem em Kinshasa, sem qualquer controlo da sua nacionalidade. **Os objectivos da F. N. L. A. estão cada dia mais à vista: provocar a confrontação antes da independência, a ocupação de Angola por tropas da O. N. U.** (aprendendo bem a lição do Congo que levou à eliminação das forças progressistas e de Lumumba), **e a divisão imperialista do seu território saqueando para si as zonas mais ricas.**

E por esta degradação do clima político, embora com outros intentos, não é isenta de responsabilidade a U. N. I. T. A. que joga igualmente na marginalização do M. P. L. A. por um lado, e no aproveitamento da polarização crescente entre a F. N. L. A. e o M. P. L. A. por outro. (Resta porém saber se tal aproveitamento não se virará contra a própria U. N. I. T. A., rompendo-lhe as costuras já pouco resistentes entre as facções que no seu interior se contradistinguem, e provocando a sua dissolução nos outros dois movimentos.)

M.F.A. — QUAL RESPOSTA?

O M. F. A. não pode assistir passivamente a esta escalada, lavando as mãos, a título de um pretenso e ingénuo neutralismo, sem se contradizer a si mesmo profundamente. O futuro democrático e progressista de Portugal está em boa parte dependente dos destinos de Angola. Não pode haver genuína democratização sem uma efectiva descolonização. É a natureza do próprio 25 de Abril que o comprova e as sucessivas tentativas de inverter ambos os processos que o confirmam. São as próprias leis do imperialismo que nos alertam para isso. A frente portuguesa defende-se na rectaguarda angolana, e vice-versa.

O M. F. A. não pode pretender-se «árbitro» imparcial entre o imperialismo e seus lacaios actuantes em Angola, por um lado, e as forças políticas populares e progressistas, por outro.

A 25 de Abril tomou partido, e tem vindo a concretizar progressiva e sucessivamente essa opção. Não pode agora coibir-se a uma coerência de comportamento político e militar. **Uma só atitude é possível, mesmo que isso acarrete ainda por algum tempo o adiamento da paz porque há tanto ambicionamos: apoiar decidida e firmemente as forças anti-imperialistas, anticapitalistas e anticolonialistas. Aliás, a paz, a justiça e a liberdade porque anciamos e lutamos são as do socialismo, as que só a luta contra toda a exploração nos pode garantir.**

A proposta socialista do M. F. A. para Portugal é uma proposta anti-imperialista, que passa pela independência nacional, e como tal, é uma proposta que para se consolidar e impor implica a solidariedade dos e com os povos e forças anti-imperialistas.

Ora enquanto em Portugal assistimos à criação do Conselho de Revolução, posto decididamente ao lado das forças democráticas e progressistas, a Comissão Coordenadora do M. F. A. em Angola vê-se desprovida de qualquer poder efectivo, sem funções executivas ou legislativas, e chegamos ao ponto de assistir à prisão, se bem que temporária, de dois oficiais progressistas da Marinha, no último 9 de Março.

O M. F. A. tem responsabilidades históricas a assumir. E enquanto é tempo, quer dizer, no periodo de transição para a independência. Comprometeu-se a uma efectiva descolonização, a um reconhecimento das forças genuina e exclusivamente capazes de a fazer, a uma descolonização anti-imperialista. Não pode assistir passivamente à implantação imperialista em Angola. **As forças que o veiculam devem deixar de ser consideradas pelo M. F. A. como capazes de uma efectiva descolonização.** O M. F. A. não pode pretender conciliar o que é inconciliável. Neste caso, seria mesmo traição. É tempo de compreender e agir rapidamente, se queremos impedir agora o que mais tarde será inevitável e irreparável, aproveitando as novas condições políticas criadas em Portugal após o 11 de Março. Ou pretendemos nós ignorar que foi a pressão imperialista veiculada das mais variadas formas — em Portugal e em Angola, como no estrangeiro — que procurou marginalizar o M. P. L. A., e obrigou ao reconhecimento da F. N. L. A. e U. N. I. T. A. como interlocutores do M. F. A. no Algarve?

O M. F. A. tem que dotar a sua Comissão Coordenadora, por razões de emergência, com funções politicas, executivas e legislativas, com que o Conselho de Revolução está actualmente investido. Se o M. F. A. se institucionalizou em Portugal não como simples «árbitro», mas como «motor» revolucionário, em conjuntura política não mais grave que a actualmente existente em Angola, **porque razão, após os actuais incidentes, que vieram revelar uma incapacidade de regular o diferendo através dos acordos da Penina, não se há-de igualmente institucionalizar, e nos mesmos termos, como o fez em Portugal?**

Se o não fizer agora, amanhã ver-se-á ultrapassado pelos acontecimentos, e impossibilitado (e ali talvez desautorizado, militar e politicamente) para o fazer.

O M. F. A. e o povo português têm que estar preparados para assumir as responsabilidades históricas de solidariedade para com a justa luta do povo angolano pela sua emancipação, pela real e efectiva independência, contra o imperialismo, neocolonialismo e seus agentes. Não podemos hesitar perante a eventualidade de se tornar bem mais real e presente, o aviso de Vasco Gonçalves, feito no Sabugo, a todo o País de que, embora tendo feito a paz, o povo português deve preparar-se, se necessário, para continuar a ver cair homens seus, na defesa da mesma paz) se tornar bem mais real e presente.

Pela prisão e expulsão dos pides de Angola!

Pelo saneamento nas F. A. P. em Angola!

Pela institucionalização revolucionária do M. F. A. em Angola!

Contra o imperialismo, contra o neocolonialismo e seus agentes em Angola!

Viva o M. P. L. A., único legitimo representante do povo angolano!

M. P. L. A. e o povo, o povo e o M. P. L. A.!

A vitória é certa!

No dia 12 de Março, 24 horas após a 3.ª tentativa de golpe de Estado de Spínola e de seus aliados, José Dias da comissão central do M.E.S., de passagem por Bruxelas, é entrevistado pela rádio belga (RTB).

O comissário do M.E.S., considera que a situação em Portugal tem tendência a clarificar-se: o desmascaramento da direita obrigaria os portugueses, e sobretudo os verdadeiros responsáveis pelo 25 de Abril, a optarem mais firmemente pelo caminho da democracia, isto é, do socialismo.

Acusou, além das forças declaradamente reaccionárias (C.D.S. — P.D.C.), o P.P.D. e a cúpula do P.S.P. de estarem de perto ou de longe implicados no golpe, directamente ou indirectamente através das Embaixadas dos Estados Unidos e da República Federal Alemã. O grau de responsabilidade desses partidos estaria, segundo ele, a ser averiguado pela comissão de inquérito do M.F.A.

Estas declarações foram transmitidas no noticiário das 13 horas.

A redacção do «jornal falado» da RTB entrevistou também J.F. Revel (1) que se encontrava nesse dia em Bruxelas. Assim, após as declarações de J.Dias, o senhor Revel declarou à rádio belga que o golpe fora preparado pela esquerda (ler comunistas) para eliminar Spínola e a social-democracia (ler Soares). Teceu depois toda uma série de considerações sobre os militares portugueses no poder que considerou como incapazes de governar e para reforçar as suas afirmações declarou que o Primeiro-Ministro português era «um desequilibrado mental» (2) e o brigadeiro Saraiva de Carvalho era um general de «vaudeville».

Sexta-feira, dia 14, durante o noticiário das 13 horas, o jornalista da R.T.B. anuncia terem recebido um comunicado da Embaixada de Portugal na Bélgica onde se contestava as declarações de José Dias sobre a participação do P.S. na terceira tentativa contra-revolucionária de Spínola, afirmando-se que tais declarações faziam parte de uma campanha mais geral tendente a denegrir a pessoa de Sua Excelência o ministro dos Negócios Estrangeiros. A Embaixada faz notar à rádio belga (RTB) que não se deve ouvir opiniões de certas pessoas que só minoritariamente são representativas, tal o caso de José Dias do M.E.S.!

No entanto, nem uma palavra sobre as declarações do senhor Revel.

Até aqui, as embaixadas de Portugal na Europa, de acordo com as directivas do Ministério de que dependem limitaram-se a «ignorar» a campanha que certa imprensa europeia tem levado a cabo contra Portugal, contra o M.F.A., e contra alguns militares do Governo Provisório.

Mas, por vezes, o «silêncio» das embaixadas é por demais incompreensível!

O conteúdo de dois números do semanário francês «L'Express» dedicados a Portugal, ou mais concretamente ao «perigo do comunismo» em Portugal e à necessidade dos países ocidentais apoiarem a todo o custo Mário Soares, levou A. Martins Lopes a pôr a questão seguinte: «o ministro dos Negócios Estrangeiros português terá acaso concordado com a análise que «L'Express» publicou? Concordou. É pena e profundamente lamentável. Não concordou? Então, instruiu a Embaixada de Portugal em Paris para que, ao abrigo do direito de resposta, corrigisse as deturpações deliberadamente feitas?» (3)

. A questão põe-se agora de maneira um pouco diferente. Pois sabemos, pelo menos os portugueses residentes na Bélgica, que toda e qualquer referência menos agradável a Sua Excelência o ministro dos Negócios Estrangeiros terá resposta rápida e adequada por parte dos seus embaixadores. Mas as calúnias sobre o processo revolucionário português e sobre outros dirigentes civis e militares ficam sem resposta, como se tratasse de algo estranho ao Ministério!

. Estranha concepção esta que preside à acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros português que confunde um aparelho de estado ao serviço do País e do projecto democrático, com um organismo partidário ou eleitoral.

Bruxelas, 16/3/73

AUGUSTO ROGÉRIO LEITÃO

(1) o homem do semanário francês, «L'Express», que lançou uma campanha contra Portugal baseada na apologia do Mário Soares, «o único salvador da jovem democracia portuguesa».

(2) segundo Revel, «facto sobejamente conhecido e referido por outros ministros do Governo Provisório».

(3) «Expresso» de 22/2/75 (in Expresso)

Carta publicada em «Expresso» de 29 de Abril

RESPOSTAS A UM PARTIDO CAPITALISTA

Fundamentalmente desde a realização do seu Congresso que a natureza de classe do P.S. (o chamado Partido Socialista Português) e as suas ligações à Social Democracia Europeia ficaram claramente expostas. E aliás desde então que o anterior palavreado de tom «esquerdizante» utilizado pelo P.S. e que certamente não agradava muito aos seus aliados europeus e rapidamente substituído por fórmulas agressivas anticomunistas eleitoralistas que atingem o seu auge reaccionário aquando da chamada questão da «unicidade sindical». É também desde esse momento que as justas críticas do M.E.S. às posições burguesas e oportunistas do P.S. mostram à direcção deste partido que seriam infrutíferas todas e quaisquer tentativas de anexar o M.E.S. nas suas estruturas organizativas.

Com efeito, o M.E.S. meses antes do 11 de março demonstrou de forma evidente quais as razões e consequências das posições políticas adoptadas pelo partido de Mário Soares. **Denunciámos assim claramente os objectivos do P.S.: dividir o M.F.A. em proveito da sua fracção spinolista; isolar e destruir a sua fracção verdadeiramente progressita; acenar com o espantalho do «totalitarismo comunista» para impor no nosso país uma democracia burguesa,** primeiro passo para um regime autoritário de fachada democrática, no qual a burguesia portuguesa e o imperialismo internacional aperfeiçoariam as suas formas de exploração e opressão da classe operária e dos seus aliados históricos. O M.E.S. não considera meros frutos do acaso as declarações de Spínola onde este golpista esboçava sorrisos e piscadelas de olho para com o chamado «Socialismo em Liberdade», e muito menos **a recusa de Mário Soares em comprovar publicamente as declarações do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho** respeitantes ao comprometimento de Spínola com o imperialismo americano em relação à tentativa de impor uma solução neocolonial nos territórios africanos. «Tudo isto antes do 11 de Março.)

Assim, para o M.E.S. era evidente, semanas antes do 11 de Março, que uma tentativa golpista contra-revolucionária estava em organização, e por todos os meios ao seu alcance o nosso Movimento a denunciava, mostrando o comprometimento objectivo nessa manobra da Social-Democracia Europeia, do Imperialismo americano e dos seus lacaios no nosso país.

Deste modo, não é para nós uma surpresa a agressão contra-revolucionária do 11 de Março e o nosso camarada José Dias, da Comissão Política Nacional, algumas horas após a tentativa de golpe, declara em Bruxelas aquilo que em Portugal já muitas semanas antes o M.E.S. declarava: **o comprometimento objectivo dos falsos socialistas com a contra-revolução.** Quanto à afirmação de que a residência do secretário-geral do P.S. se encontrava na **manhã de 11 de Março** com vigilância redobrada por parte da Polícia de Segurança Pública, **tal é a perfeita verdade,** esperando o M.E.S. que o inquérito ao 11 de Março faça luz sobre o que tal significava, **para o que é importante saber quem teria dado as ordens nesse sentido,** o COPCON ou o Major Casanova Ferreira (então chefe da P.S.P. de Lisboa e agora preso...)

No entanto, o P.S. vem agora atacar o M.E.S., fingindo indignação e assumindo ares ameaçadores e sobranceiros.

O P.S. acusa o M.E.S. no seu comunicado de ser uma organização irresponsável e infantil, sobretudo desde «a última cisão»... Ora, ao contrário do P.S., que tem sofrido várias cisões motivadas pela compreensão, por parte de muitos dos seus ex-militantes, dos interesses que o P.S. serve, o M.E.S. não teve qualquer cisão organizativa.

Qaunto à irresponsabilidade e infantilismo apenas temos a dizer que o M.E.S. se responsabiliza pelas afirmações que profere e que não faz parte da sua prática o ataque a profissionais da Informação incentivados por dirigentes, ou a publicação de comunicados contra a RTP com base em acusações totalmente falsas como ridiculamente o P.S. fez aquando da realização do seu último comício no Campo Pequeno.

E o que tem o P.S. a dizer da organização terrorista E.L.P. utilizar nas suas «análises» sobre o M.E.S. as atoardas de satelitização em relação ao P.C. com a indicação «Soares dixit»?

O P.S. diz ser um grande partido da resistência antifascista e anticolonialista e não ter lições a receber do M.E.S. Mas, apesar do M.E.S. não pretender dar lições a quem, por estar do outro lado da barricada na luta de classes, as não pode receber, desafia o P.S. a explicar claramente quais as lutas da classe operária, dos estudantes, dos empregados, dos soldados em que esteve empenhado antes do 25 de Abril. **Onde estava o P.S. durante o fascismo, que ninguém o viu?**

O M.E.S. protesta contra o facto de o embaixador de Portugal na Bélgica ter vindo rapidamente à Rádio desse país atacar o M.E.S., defendendo o partido do ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não tendo aproveitado essa tribuna para denunciar as manobras de certa Imprensa belga que, com a complacência desta embaixada, tem caluniado o processo revolucionário português e insultado algumas figuras do M.F.A. Assim, como o núcleo do M.E.S. em Bruxelas já denunciou a RTB (Rádio Belga) no mesmo dia em que entrevistou José Dias, ouviu também o jornalista do «L' Express» J.F. Revel, que declarou que o golpe de 11 de Março fora preparado pela esquerda para eliminar Spínola e a Social-Democracia, tendo também dito que os militares portugueses eram incapazes de governar, que o Primeiro-Ministro português era um desiquilibrado mental e o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho um general de «opereta». **Pois a Embaixada Portuguesa em Bruxelas teve o cuidado de «desmentir» o nosso camarada, mas sobre as afirmações do jornalista de «L' Express» (semanário que considera Soares o «único salvador da jovem democracia portuguesa») nem o mais leve protesto foi esboçado. A quem servem as embaixadas portuguesas e mais concretamente a Embaixada de Portugal na Bélgica?**

Ao M.E.S. não interessam polémicas com contra-revolucionários. Apenas faz este comunicado para esclarecer os trabalhadores portugueses que ainda são enganados pela direcção do P.S. **O M.E.S. espera que o inquérito ao 11 de Março esclareça, sejam quais forem as consequências, quais os implicados no golpe.** Para que tal se dê, é necessário que a Comissão de Inquérito não hesite, não ceda a pressões de nenhum tipo. **Os trabalhadores e os soldados assim o exigem!**

30 de Março de 1975

A Comissão Política Nacional do M.E.S.

LIBERDADE DE INFORMAR ?

O avanço do processo revolucionário em Portugal, apesar das hesitações e morosidades, ultrapassa, por vezes, a teimosia de muitas consciências, que se recusam sistematicamente a aprender o sentido dos acontecimentos. Fenómeno compreensível nas camadas mais reaccionárias ou decadentes da burguesia, é perigosa toda e qualquer indiferença perante ele quando atinge um sector do trabalho tão importante para o esclarecimento e a informação das massas populares como é o da Imprensa.

Os trabalhadores de Imprensa, mercê da sua situação social ambígua de trabalhadores privilegiados, originários, em regra da pequena burguesa, são levados, pelas condições materiais e culturais em que exercem a profissão, pela própria linguagem utilizada e os mitos que a povoam, a defenderem uma classe que os não adopta a não ser à custa de abdicações e compromissos e a regatearem um lugar mais honroso por meio de apoios simultaneamente conferidos, em regra inconsequentemente, às classes trabalhadoras.

Esta situação viciosa cria hoje sérios obstáculos ao trabalho de adaptação da Imprensa às novas condições políticas e sociais do País. Nos últimos anos do regime anterior, iniciaram-se, em alguns jornais, esforços de renovação que levaram às redacções elementos novos, muitas vezes saídos das lutas académicas ou outros combates antifascistas e anticapitalistas, de onde um certo avanço na qualidade e responsabilidade dos jornais, logo, porém, adulterados por uma vasta manobra tecnocrática que dividiu as redacções pelo abuso das hierarquias (mais vigilantes que estimulantes), pela introdução de discutíveis critérios de rentabilidade e por distorcida valorização quer dos temas quer do modo de os abordar.

O 25 de Abril apanhou toda esta máquina, sobretudo no Porto, num estado de incapacidade avaliadora da situação política: as estruturas instaladas à sombra do fascismo procuram jogar com a incerteza e hesitação do novo regime, apostando nas cartas de spinolistas ou em outra forma de enfermagem reaccionária, continuando a fazer, embora de modo mais subtil, as manobras anticomunistas de sempre.

Por outro lado, os jornalistas progressistas nem sempre determinaram com justeza qual a melhor actuação política dentro das empresas, qual o melhor critério deontológico, no exercício da profissão, e qual o sentido que se impõe agora à mesma na perspectiva socialista que o País adopta.

SECTARISMO NÃO SERVE A INFORMAÇÃO

Assim, não são raros os casos de camaradas que pensam que a solução mais revolucionária para os jornais em que trabalham é pô-los ao serviço dos partidos políticos de esquerda e que, nas resportagens ou artigos, devem destacar tudo quanto (factos ou ideais) seria a linha actual desses partidos, e ocultar tudo quanto lhes constitua problema e incómodo. Resulta destas confusões um perigo de desunião entre jornalistas, facto que as direcções e administrações reaccionárias habilmente provocam, pois dele tiraram o máximo proveito para a sua permanência; resulta ainda a desorientação e confusão que muitos textos jornalísticos provocam no público e a incapacidade dos seus autores para um efectivo trabalho de esclarecimento político.

Mais do que censurar estas actuações, interessa que compreendamos as suas causas e nos apercebamos de que, após o 11 de Março e a nacionalização da banca e dos seguros, se põem a toda a classe tarefas urgentes de readaptação do trabalho jornalístico às novas condições da vida nacional. **Com efeito, o Estado controla agora tudo quanto antes era controlado pelos bancos, o que significa que poderemos reclamar daqui em diante a participação dos trabalhadores da Imprensa no controle das empresas jornalísticas, não apenas a nível da administração, mas também, e tirando todo o proveito, da Lei de Imprensa ao nível das direcções.** Um pouco mais de ousadia e unidade e os conselhos de administração começam a ser controlados pelos trabalhadores. Estes, no entanto, devem resistir à sedução de serem integrados nesses ou em outros aparelhos gestores, recusar-se ao abandono da atitude reclamativa tradicional na classe e à corrupção que resultaria do contacto com corpos administrativos criados pelo capitalismo e impregnados de cultura burguesa. Que não mudam (cultura burguesa e capitalismo) apenas pelo efeito mecânico da nacionalização dos bancos dominadores de jornais, mas sobretudo pelas mudanças qualitativas a que a luta dos trabalhadores compelir o patronato. **Ou seja: pelo efectivo controle dos jornais pelos trabalhadores. Pela inequívoca integração das direcções dos jornais no espírito da revolução democrática e socialista.** E pelo assumir da responsabilidade na orientação imprensa, pela capacidade de inventar cada jornal um objectivo, um plano, um critério e um estilo, pondo-o ao serviço de um grupo de tarefas mais urgentes da revolução, lingado-o, para fins dinamizadores, a um sector do mundo do trabalho e da criatividade, ultrapassando a mistificação burguesa da informação comtemplativa e neutral e comprometendo-o franca e decididamente, na prática transformadora do País.

Estes objectivos pressupõem a distinção, no jornal, entre a propriedade jurídica e a orientanção ideológica. Seja qual for o dono do capital investido na empresa de informação não é de modo algum, inviável que o jornal se torne o veículo do pensamento actuante e solidário dos trabalhadores e dos seus critérios de apreensão e exposição da verdade dos acontecimentos. Bastará que, apoiando-se na linha mais progressista do M.F.A., e integrando-se numa lógica revolucionária, os trabalhadores da Imprensa se tornem conscientes da sua condição de trabalhadores, que escrevem responsavelmente para outros trabalhadores, que se empenham, duplamente na libertação de toda a sua classe: porque é a sua classe e porque é o único destinatário para que vale a pena escrever, e ainda porque só numa perspectiva de libertação das massas exploradas e de denúncia do processo de exploração é possível a objectividade.

Não se trata, nesta proposta, de receber ordens seja de onde for, mas de num sentido de cooperação com todas as iniciativas revolucionárias, criar uma nova noção e novos critérios de serviço popular, ou seja de serviço às classes trabalhadoras, noção que realiza pelos métodos próprios de uma informação objectiva, os projectos da revolução. **Por outro lado, a movimentação consciente dos trabalhadores da Imprensa e a determinação de um estilo próprio de trabalho defendê-loá do perigo de substituir a alienação subsistente, aos imperativos da reprodução do capital, por qualquer forma de dirigismo político imposta desde fora ou desde dentro da consciência de cada um de nós.** A objectividade de jornalista implica a sua experiência social, que, por sua vez, implica o seu compromisso político, mas este é apenas um emio para se atingir o principal e mais determinante, que é o compromisso com a classe operária. **São, pois, de rejeitar as novas formas de dirigismo, intromissão abusiva na actividade jornalística, bastando aos partidos ideologicamente relacionados com a classe operária a colaboração leal, objectiva e independente das redacções e dos jornalistas.**

O avanço para a democracia e para o Socialismo significam para os jornalistas uma redefinição dos seus critérios de trabalho, uma meditação sobre o significado, o valor e a eficácia deste, sobre os mitos de que a burguesia carregou e carrega toda a actividade informativa, sobre os subreptícios modos como a classe exploradora engana os trabalhadores através duma linguagem de cujos vícios nem sempre nós, seus transmissores, tomamos consciência. **Só no comprometimento político este trabalho de reflexão pode ser levado a cabo, só aí recebe os estímulos e as comprovações ou os desmentidos práticos de que carece. Os jornalistas do M.E.S. convidam pois, os seus camaradas para, em conjunto e a partir das lutas pelo controlo dos nossos jornais, se criar no País um sentido novo da dignidade profissional do jornalista revolucionário, um responsável sentido da honestidade e da objectividade da Informação. Programa que pressupõe o desmascaramento de todas as manobras divisionistas daqueles que teimam ainda defender, nos jornais, a presença ou a persistência do poder e de mentalidade capitalistas.**

O Núcleo de Jornalistas do Porto do Movimento de Esquerda Socialista

Sobre o Congresso da LUAR

Realizou-se no passado dia 24 de Fevereiro o que seria a sessão pública de encerramento do I Congresso Nacional da L. U. A. R. Viria a revelar-se que não tinham chegado ao termo os debates, remetidos para posterior conclusão nas bases.

Cremos que, mesmo assim, terá ficado no ar a dúvida sobre o que poderá ser a continuação nas bases deste I Congresso da L. U. A. R. As intervenções dos camaradas durante a sessão pública não trouxeram nenhuma precisão política em relação às posições já assumidas pela organização. Não sabemos os problemas que concretamente se puseram nos dois dias de trabalhos dos camaradas da L. U. A. R. Mas pensamos que, apesar das insuficiências inerentes a um debate limitado no tempo, **em tempos tão complexos como os que vivemos, não é fácil compreender o vácuo político desta sessão de encerramento.** A não ser que a L. U. A. R. caminhe a passos largos para a completa marginalização no processo político em curso.

Destes dois dias de debates não saiu o mais leve esboço programático, a mínima reflexão sobre questões organizativas, a mais ligeira tentativa de colocação táctica face ao momento presente. Pelo contrário, apenas foi patente o mais infantil expontaneismo, o simplismo que são as recriminações anti-organização partidária («os partidos é que dividem os trabalhadores!»), o pairar acima da realidade da luta de classes no nosso país. Os camaradas da L. U. A. R. não quiseram, não puderam ou não souberam começar a enfrentar as questões que se põem a uma organização que passa de uma fase de luta armada e de uma estrutura organizativa a ela subordinada, para uma fase de luta essencialmente política, onde é prioritário o trabalho de massas.

A análise que a L. U. A. R. faz do panorama político em Portugal parece caber em limites muito curtos: os que vão da L. U. A. R. à classe operária e às organizações autónomas e unitárias dos trabalhadores às comissões de trabalhadores. Parece ser nesse espaço que se desenvolve a luta de classes, o que aliás se reflectiu nos próprios convites para a sessão pública:

As organizações políticas não foram convidadas enquanto tal (ao contrário das comissões de trabalhadores), o que faria supor não só que a L. U. A. R. seria a pura depositária da verdade organizativa da classe, como mistificaria completamente o seu próprio papel: a aplicar a si própria os conceitos que defendeu para os outros, a L. U. A. R., como organização política, não seria também (suposto) factor da divisão da classe?...

Não, camaradas da L. U. A. R. **A unidade da classe operária é, de facto, o meio mais poderoso para a conquista dos seus objectivos finais ... por isso se forja em torno de um programa estratégico autónomo, suportado por uma organização da vanguarda — o Partido Revolucionário — unificadora da classe, nos processos de luta de massas.** A construção deste projecto e desta organização exige aos revolucionários portugueses a capacidade de extrairem da própria luta de massas as propostas mais avançadas e, dialeticamente, irem propondo tudo o que, em cada momento, possa ser factor de unificação e avanço da classe. Isso passa já desde hoje, também, por uma relação organizativa com as vanguardas de classe, a que o desenvolvimento espontâneo das lutas de base não pode, só por si, dar forma.

Pelo contrário, o mero basismo dará origem ao obreirismo mais acabado e impotente (expresso nas intervenções dos camaradas trabalhadores da Lisnave e Siderurgia que usaram da palavra) **de onde, certamente, não surgirá o projecto de poder socialista para a construção do comunismo.**

Tudo isto passa hoje em Portugal, pensamos por um esforço sério de aproximação prática teórica organizativa de todos aqueles que, fora do campo reformista e grupuscular conseguem não privilegiar a divergência sobre o acordo, a divisão sobre a unidade, conseguem livres de esquemas preconcebidos apreender a riqueza da situação que vivemos, o seu carácter original.

Mas isto não se compadece com chauvanismos organizativos e romantismos guerrilheiros, não se compadece com fazer de erros (ou possíveis erros) divergências de fundo, não se compadece com a inexistência de uma cada vez mais clara e amadurecida definição dos problemas de cada um. Antes exige um debate político total, franco e aberto, em que cada um assuma os seus erros.

Metalúrgicos contra manobras do Sindicato

Face à forte mobilização e contestação pela classe, decidida a não continuar a permitir uma actuação descaradamente partidária e sectária, a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos pôs de pé um plano para manter o «tacho» que lhe tem permitido controlar os trabalhadores e difamar muitas das suas lutas.

Esse plano, apoiado em largos recursos (intensa e dispendiosa campanha de propaganda e utilização dos meios de Informação afectos ao P. C.) culminava com uma assembleia cuidadosamente preparada, em local (Sacavém) onde estava garantido largo apoio e um serviço de segurança que só garantiria a dos promotores (foi necessária a intervenção do COPCON para proteger os oradores não afectos). Claro que esta assembleia elegeu uma Comissão de Gestão composta pelos elementos da direcção que entretanto se demitira.

É evidente que tudo isto não passou de uma farsa que a classe metalúrgica saberá desmascarar.

Assim, e de acordo com os estatutos, foi já requerida a realização de nova assembleia, onde, desta vez, seja possível julgar democraticamente a actuação da «direcção».

REQUERIMENTO

Os abaixo assinados, sócios em número bastante e no pleno gozo dos seus direitos, vêm, ao abrigo dos estatutos e da lei geral, requerer a convocatória de uma Assembleia Geral Extraordinária, para Lisboa, no próximo dia 2/4/75, pelas 20 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — **Esclarecimento dos factos que levaram as demissões do presidente da Direcção e outros dirigentes.**

2 — **Esclarecimento das razões de despedimento e suspensão dos funcionários, com presença e palavra dos mesmos.**

3 — **Análise dos motivos que levaram a novas admissões de funcionários.**

4 — **Julgamento pela classe da actuação da Direcção.**

5 — **Medidas a tomar.**

Lisboa, 27 de Março de 1975

(Seguem-se as assinaturas.)

CAIXEIROS DE ÉVORA

Entrou no 2.º dia a greve dos trabalhadores caixeiros e empregados de escritório do distrito de Évora. Salientamos quatro aspectos desta luta exemplar:

— **A greve foi decidida em assembleia de trabalhadores**, o que lhe confere um carácter de vanguarda pois nasceu da movimentação global dos trabalhadores e conseguiu superar o espartilhamento burocratizante das estruturas sindicais e político-partidárias.

— **Está em causa uma luta global contra os despedimentos**, que são uma das principais armas do patronato capitalista contra a movimentação e as reivindicações dos trabalhadores (estes exigem uma indemnização perfeitamente justa e admissível, por cada ano de trabalho, em caso de despedimento sem justa causa, o que de modo nenhum é exagerado).

— Lutando também por melhores salários, os caixeiros e empregados de escritório pretendem assim **responder à exploração de que são vítimas, em especial por causa da subida do custo de vida,** com que o capital pretende aumentar cada vez mais os seus lucros.

— **Esta luta, finalmente, põe em causa todo o sistema comercial** (em que predominam os intermediários parasitas) **nas relações de produção da sociedade capitalista.**

Nesta linha, o núcleo de Évora do Movimento de Esquerda Socialista:

— Apoia inteiramente a luta justa e exemplar dos caixeiros e empregados de escritório do nosso distrito.

— Dará toda a divulgação possível a esta luta.

— Previne contra as insidiosas manobras do patronato e dos fura-greves, a quem se deverá dar resposta adequada.

— Apela para que todos os trabalhadores e o povo em geral saibam compreender e aceitar os incómodos que esta luta implica e apoiar devidamente os camaradas em luta.

— Tudo fará para que esta luta parcelar seja correctamente enquadrada numa ampla movimentação de massas anticapitalista.

Núcleo de Évora do M. E. S.

N.R.: A greve dos caixeiros do distrito de Évora foi interrompida na quinta-feira 28 por se ter finalmente chegado a um acordo. Mais uma vez se demonstrou que a unidade e firme decisão dos trabalhadores são o único argumento que o patronato compreende.

Em frente contra a exploração!

Pelo Socialismo, para o Comunismo!

Lanifícios:

Continuação da pág. 1

que algo de novo se passaria durante as negociações da nossa proposta, na medida em que os senhores Industriais fizeram «bonitas» declarações de bom senso, de desejo de que uma nova era começasse na indústria, que não sentiam que a nova **A.N.I.L.** tivesse qualquer relação com a velha **F.N.I.L.**, etc.

Da parte dos representantes sindicais foi-lhes sempre dito que, mais do que palavras, importavam as posições que em cada momento assumissem.

Estávamos e estamos demasiado escaldados para podermos acreditar em actos de fé vindos dos patrões dos lanifícios, ou de qualquer patrão.

O que no dia 27 se passou, disso é prova.

Aguardamos cerca de 20 dias, até ao dia 22, conforme acordado, que nos fosse enviada a contraproposta à nossa proposta e recebemos, em seu lugar, um ofício que mais não é do que as desculpas e lamentações do costume.

Ao iniciarmos no dia 27, as negociaões, logo verificamos que os senhores industriais mais uma vez pretendiam manter as suas prerrogativas.

Apercebemo-nos ainda, que os senhores industrais, pretendem conseguir créditos do Governo para continuarem a nossa exploração, o que desde já rejeitamos e alertamos a todos os camaradas.

Mas a nossa primeira surpresa, foi encontrar a chefiar a delegação dos industriais, um «senhor doutor», que nunca tínhamos visto e que no decorrer das negociaões se mostrou ser dos mais reaccionários e um fiel lacaio do patronato.

Discutimos as cláusulas referentes:

a) aos dias de descanso semanal, em que reivindicamos o sábado e o domingo como descanso obrigatório.

b) aos feriados, onde embora estivéssemos dispostos a ceder um pouco, os senhores industriais, mais não quiseram do que aumentar 3 feriados aos existentes, sendo de notar que até o 25 de Abril procuraram pôr em causa.

Perante isto os sindicatos decidiram interromper as negociações e fizeram a seguinte declaração de voto:

«Perante as posições assumidas pelos representantes dos industriais de lanifícios os representantes sindicais delcaram:

1.º Que o espírito das negociações que os representantes patronais tentam imprimir, são em tudo iguais às posições assumidas antes do 25 de Abril.

2.º Que ao iniciar-se as negociações se verificou da parte dos representantes patronais em relação às quatro cláusulas discutidas:

a) os problemas de séria importância na melhoria das condições de vida dos trabalhadores estão a ser relegados sem qualquer perspectiva de serem contemplados ou negociados, para um plano secundário.

b) que os industriais de lanfícios com a posição assumida, pretendem conseguir que o seu sector usufrua condições menores de que outras indústrias semelhantes.

c) que o espírito que colocam nas negociações não tem em conta as melhores condições de vida que a maioria dos trabalhadores, noutros sectores, já usufrui.

3.º Sentem ainda os representantes sindicais que foram ludibriados no espírito reclamado durante as negociações pré-contratuais.

4.º Os representantes sindicais perante esta atitude irredutível e reaccionária dos representantes patronais, chegam ao ponto de pôr em causa o dia 25 de Abril como feriado e depois de explicarem as razões porque não aceitam ceder na conquista de condições que os trabalhadores consideram mínimas e, que as consequências que a posição que os industriais estão a assumir não serão de modo algum propícias à manutenção de um bom clima e ambiente de trabalho, e que uma posição como aquela que se pretendem em relação à cláusula 81.ª - 1, cláusula 82.ª - 1 e à cláusula 84.ª trará consequências graves na indústria.

Decidem interromper as negociações responsabilizando os representantes patronais por todas as consequências que a sua atitude trará para o sector.

Consideram ainda que a atitude assumida pelos industraiais de lanifícios, só pode ser no mínimo classificada pelos trabalhadores de reaccionária e antioperária».

CAMARADAS:

Os patrões mais uma vez tentam prepectuar a nossa exploração.

Noś, trabalhadores dos lanifícios, já os conhecemos e sabemos como temos de responder às manobras do patronato explorador.

Ao reaccionarismo dos industriais de lanifícios, temos de responder com a nossa força organizada.

Temos de responder a mais esta agressão do patronato com a nossa unidade.

As direcções dos sindicatos de lanifícios, apelam para que todos os trabalhadores estejam presentes nas reuniões de sábado, dia 29, às 21 horas, e que **a segunda-feira, dia 31, seja mais uma grande jornada de luta dos trabalhadores de lanifícios.**

LUTA SINDICAL

Sua importância e limitações

Os sindicatos são o resultado de um esforço de unificação e organização das classes trabalhadoras com o objectivo de no interior da sociedade capitalista defender e promover os seus interesses.

Nascidos da necessidade de organização dos trabalhadores — que apenas possuem a sua força de trabalho que são obrigados a vender aos capitalistas — para conseguir elevar os seus salários, os sindicatos foram-se desenvolvendo até abrangerem na sua acção muitos outros aspectos da luta trabalho assalariado/capital.

Mas um sindicato não representa trabalhadores apenas porque diz representá-los. **Um sindicato, para ser efectivamente representativo dos trabalhadores, tem de ter como objectivos de acção os que dizem respeito aos problemas concretos desses trabalhadores e tem de ser por eles controlado, não sendo os dirigentes sindicais mais do que os executantes da vontade daqueles que os elegeram.**

AS LIMITAÇÕES DA LUTA SINDICAL

A luta sindical é, em qualquer lado, uma luta limitada. Combatendo a exploração capitalista tendo de aceitar à partida o sistema capitalista e as suas leis, **a luta sindical, por si, só pode pôr em causa a intensidade da exploração, mas nunca a própria exploração.**

A esta limitação geral juntam-se em Portugal as limitações da estrutura sindical fascista-corporativista que ainda não foram destruídas:

a) A esmagadora maioria dos sindicatos estão organizados por profissões daí resultando como principal inconveniente a divisão e a concorrência entre os próprios trabalhadores.

b) Proliferam minisindicatos que só contribuem para o enfraquecimento da luta sindical, sobretudo nos locais de trabalho onde os trabalhadores se vêem mutas vezes representados por dezenas de sindicatos.

c) A regionalização dos sindicatos é uma realidade que facilita as pressões exercidas pelo patronato sobre os dirigentes sindicais. Sobretudo nas pequenas localidades.

A luta sindical tem assim de ser integrada na luta política mais geral dos trabalhadores e, no actual momento no nosso país, de orientar-se para a destruição da estrutura sindical fascista-corporativista e sua substituição por sindicatos verticais de actividades, mantendo e fortalecendo apenas os sindicatos de profissão verdadeiramente significativos.

SINDICATOS APARTIDÁRIOS MAS POLÍTICOS

Para nós, os sindicatos têm de ser políticos porque devem ser um instrumento da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo tendo em vista a conquista do poder político pelos trabalhadores.

Todavia, não podemos confundir sindicatos políticos com sindicatos partidários. O partidarismo sindical (sindicatos correias de transmissão dos partidos políticos) na actual fase da luta de classes em Portugal, só vai provocar a divisão dos trabalhadores, pois não há neste momento nenhum partido que seja reconhecido pelos trabalhadores com o **seu** partido.

Com isto não queremos dizer que os militantes dos partidos políticos não devem ter responsabilidades sindicais. O que se lhes proibe é que ponham os sindicatos ao serviço dos interesses partidários.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A luta contra o partidarismo sindical só é possível através de uma organização interna dos sindicatos verdadeiramente democrática, isto é, controlada pelos trabalhadores. Para tal pensamos que as direcções sindicais, sempre que estejam em jogo os interesses dos trabalhadores que representam, devem ser meros executores das decisões dos mesmos. Para atingir este objectivo os estatutos das organizações sindicais devem conter regras que permitam o controle e a intervenção constantes por parte dos trabalhadores representados.

OS DELEGADOS SINDICAIS

Para que a acção sindical se desenvolva de forma correcta, isto é, para que sejam efectivamente os trabalhadores a deter a iniciativa e a controlar a vida sindical, para que o sindicato não se reduz a um conjunto de serviços burocráticos, de secretaria, a uma direcção e a uma assembleia geral onde a direcção presta algumas informações, são necessárias duas condições: **elevar a consciência de classe dos trabalhadores e encontrar formas de participação dos mesmos na discussão e decisão dos problemas que afectam a vida sindical. Os elementos principais neste trabalho de importância vital para os sindicatos são os delegados sindicais. Da acção dos delegados sindicais, mais do que da direcção, dependem a força ou a fraqueza dos sindicatos.**

Critérios a que deve obedecer a escolha dos delegados.

1 — **Trabalhadores verdadeiramente representativos dos seus camaradas de trabalho**

São necessárias pessoas que mereçam a confiança dos seus camaradas de trabalho: trabalhadores que tenham os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, a mesma situação na empresa ou na fábrica que os seus camaradas de trabalho.

2 — **Trabalhadores conscientes dos seus interesses**

Não chega que os trabalhadores escolhidos sejam «porreiros» ou simpáticos, é também necessário que tenham um mínimo de consciência de qual é a situação dos trabalhadores numa sociedade como a nossa.

3 — **Trabalhadores que não tenham medo de ir contra a vontade dos patrões ou dos seus representantes.**

Não interessam pessoas que só tenham «paleio», mas sim pessoas activas, que não se amedrontem e que sejam capazes de reivindicar.

PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Como pretendemos pessoas que sejam **representativas**, tenham **o mínimo de conhecimentos** e estejam **dispostas a trabalhar,** o processo de eleição não pode reduzir-se a uma mera votação.

Por outro lado, este processo deve ser ponto de partida para **discutir os problemas existentes na fábrica, na empresa ou área e** para lançar uma **campanha de esclarecimento do que é o sindicato,** e do que são os **delegados.**

MES ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

DEBATER em conjunto os nossos problemas

À medida que as lutas, na fábrica, exigem aos trabalhadores uma melhor organização, consciência e explicitação de problemas, cresce a necessidade de relacionar tudo o que aí se passa com um conjunto de circunstâncias exteriores: conflitos noutras empresas do ramo e outros sectores de produção, habitação, transportes, escolas, saúde, etc.

Esta descoberta prática da correspondência objectiva entre as relações do trabalho e o quotidiano aparentemente exterior a ele, é um passo importante para o caminho da emancipação trabalhadora.

É importante pois colocar ao nível político a reivindicação económica.

Neste sentido vai o MES promover um encontro de trabalhadores, no próximo dia 13 de Abril, entre operários de vários sectores empenhados em lutas, que exporão e discutirão entre si os problemas específicos da cada luta concreta, incrementando assim o contacto entre sectores distintos e lutas diferenciadas, prática que se espera contribua para a desejada perspectivação e organização política global que, adquirida na luta quotidiana pelas classes trabalhadoras, lhes possibilite as armas necessárias à emancipação de si próprios por si próprios.

Já na preparação desse encontro transcrevemos e comentamos uma pequena conversa entre quatro trabalhadores de quatro empresas de sectores diferentes, todos ele integrados nos processos de luta e organização decorrentes, nos respectivos locais de trabalho.

PEQUENO-BURGUESES NA CHEFIA...

O esforço dos quadros médios e sectores de serviços, no interior das empresas, para o controlo das organizações de trabalhadores, é um dos factores que mais deve acautelar os sectores operários.

Esta tentativa de controlo parte da necessidade de garantir a hierarquia no sistema produtivo, que permita aos privilegiados a permanência dessa situação.

Essa luta pelo poder agudizar-se-á nos sectores nacionalizados já que aí é a derradeira plataforma de salvação da classe burguesa, interessada numa transição controlada para um capitalismo de Estado.

Os partidos da burguesia apoiarão assim os trabalhadores em lugar de chefia, ou os sectores pequeno-burgueses, como meio de refrear o avanço operário, único inimigo radical.

Para tanto, há que retirar às bases a iniciativa nas lutas contrapondo-lhes a «inteligência» e «treino de gestão» dos administrativos.

Cabe aos proletários tomar nas suas mãos a direcção das lutas que lhes disserem respeito, chamando a si os restantes sectores, sem que no entanto fiquem subordinados a perspectivas alheias, de escriturários ou chefes, sectores que poderão ser aliados mas nunca dirigentes.

TrabalhadoradaAutomática — Após o 25 de Abril foi eleito um concelho de trabalhadores pelas diversas secções da fábrica. Foi denominado de «grande concelho» sendo composto de 100 delegados correspondendo a idêntico número de secções. Estes delegados procederam à eleição do pequeno concelho. Como os administrativos estavam em maioria no que diz respeito ao número de secções, eles que no total são apenas 1500 (enquanto que nós da produção somos 2800) conseguiram eleger um concelho que de facto não é representativo. Assim foram eleitos 8 administrativos, 8 dos serviços técnicos e apenas 8 da produção (e nestes últimos apenas 2 ou 3 simples operários).

Este concelho nada fez nos 8 meses que durou. Por exemplo, no que diz respeito a saneamento político, a comissão eleita para o efeito e que era constituída por elementos do pequeno concelho e delegados sindicais recebeu as litas dos elementos fascistas e guardou-as na gaveta. Os trabalhadores que conseguiram obtê-las por outras vias expuseram-nas na fábrica. Isto deu uma grande bronca e houve gente dos administrativos que chegou a pedir o saneamento dos operários que tinham exposto as listas. Aliás as listas acabaram por ser rasgadas.

Depois disto o pequeno concelho pediu a demissão, sendo um novo eleito mas com os mesmos efeitos, como era de prever. A sua composição foi apresentada aos trabalhadores aos quais apenas competia riscar os nomes com que não concordassem. A nomeação para o lugar, destes cabia, não aos trabalhadores, mas ao tal grande concelho.

Este domínio dos administrativos corresponde a um domínio quase que de classe pois não há nenhum deles que ganhe o mesmo que nós da produção. São chefiados por elementos como o Dias que foi aumentado após a greve que fizemos por se ter «portado bem» isto é como fura greves.

As meninas de escritório alinham também pois não nos esquecemos que antes do 25 de Abril se negavam a comer connosco, as operárias a quem apelidavam de «batas verdes».

A nível do sindicato estamos muito mal servidos. As negociações que se têm feito através dele com os patrões têm levado a casos como o da Applied onde as pessoas ficaram sem emprego, sem fábrica sem nada...

Quanto aos delegados sindicais muitos estão feitos com a administração pois têm-se esforçado por descobrir melhores métodos para pôr as pessoas a trabalhar mais. Por exemplo, o eng. Rosado que hoje é delegado sindical e que apelidava as operárias de putas antes do 25 de Abril, queixa-se da eficiência das secções. Outros delegados comportam-se mais como polícias das operárias vigiando-as no trabalho, etc. Estes senhores são aqueles «bem falantes» que lavam as pessoas e depois as apunhalam pelas costas.

Os poucos delegados sindicais que se têm posto ao lado dos trabalhadores são difamados. Dizem que eles estão mais preocupados em fazer agitação política do que actuarem em favor dos trabalhadores.

A minha opinião a classe operária tem de acordar e desmascarar estes senhores que apenas visam manipula-nos a favor dos seus interesses.

TrabalhadordaUTIC — Na nossa fábrica os administrativos foram aqueles que nunca alinharam nas três greves que fizemos antes do 25 de Abril. Hoje são esses mesmos elementos que constituem a maioria do concelho de trabalhadores. Boicotam todos aqueles que tentam consciencializar os operários para a luta, não hesitando com ameaças de saneamento em verso e tudo! Porém os trabalhadores começam a ter consciência de que a comissão de trabalhadores não lhes serve e ultrapassam-na!

A nossa saída para a rua no dia 25 de Janeiro foi completamente autonoma em relação a eles. Claro que tentam readaptar-se após terem sido ultrapassados para não perderem o poleiro.

A IRRACIONALIDADE DO SISTEMA

Os trabalhadores estão em óptimas condições de entender a irracionalidade do sistema capitalista.

São os construtores dos autocarros que faltam nas carreiras urbanas que vêem simultaneamente acumularem-se em armazém as enormes carripanas inúteis, a enferrujar, apontando-lhes o fantasma da fome e desemprego. Uns sem trabalho e outros sem um mínimo de condições de vida; a flata de meios de consumo; a ausência de infra-estruturas sociais mínimas.

Trabalhador da UTIC — A UTIC tem neste momento 70 carros em stock, prontos para entrega e continuamos a produzir para a prateleira enquanto as dificuldades de transporte do público permanecem insolúveis.

Tem havido quebra de produção na ordem de 50 por cento, devido a não haver saída para os veículos. A administração tem permanecido impávida perante este estado de bancarrota. O próprio Governo, estamos convencidos, não fora a nossa saída para a rua no dia 25 de Janeiro, não teria mexido uma palha.

Os trabalhadores vêm a intervenção estatal não a um nível de salvar economicamente a empresa mas sim, a um nível de intervenção nas empresas transportadoras. É aí que está o mal da UTIC. Será lógica a nacionalização da UTIC como consequência da nacionalização das empresas de transporte. Na nossa opinião, o Estado nacionalizar apenas a UTIC é nacionalizar um cancro.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de vulto. A administração manteve um desconto especial a que chama de sanzonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

As «razões» do capitalismo são o lucro.

Nada se poderá compreender do sistema em que vivemos se não partirmos deste ponto nodal de toda a lógica capitalista: a ganância!

Escolas, técnicas, tribunais, igrejas, polícias, têm uma razão de ser subjacente, em sistema capitalista, sem a qual nada faz sentido — perpectuar as relações sociais necessárias ao lucro máximo do capital, o que é dizer, à exploração máxima do trabalhador.

É assim que, pensar como os sociais democratas spinolistas, que o necessário é purgar o País dos «maus patrões» (Valadão!) e perpectuar socializantemente os bons patrões (Champalimauds, etc.) não é estar enganado, é querer enganar!

Trabalhador da UTIC! Um grupo de trabalhadores elaborou um caderno reivindicativo lírico nada reivindicativo a nível salarial (lembro que o pessoal da Utic é do mais mal pago na zona de Cabo Ruivo) mas muito bonito com pedido de creches, ambulâncias, etc. Isto mostra o sentido das realidades que nos faltava então, e quando saímos para a rua a 25 de Janeiro era já um grito que soltávamos em desespero, enfim um apelo de sobrevivência... porque? Porque tomámos consciência de que a empresa estava a laborar para a prateleira.

A UTIC é formada por oitenta e duas empresas rodoviárias. Até ao 25 de Abril estava encomendada toda a produção de 1974: No dia 26 de Abril foi tudo cancelado... Foi o início de um boicote que se tem mantido até hoje a nível de encomendas acompanhado por um boicote nos pagamentos de dívidas à UTIC. Assim, os BELOS, A CERNACHE e J. M. SANTOS têm hoje o crédito cortado pela administração, se bem que aqueles devedores, sejam simultaneamente sócios accionistas e a empresa. Claro que a administração só tomou esta posição pressionada pelos trabalhadores que difundiram a todo o País no dia 25 de Janeiro este caso flagrante de sabotagem económica — Os BELOS são os campeões pois só eles devem 110 000 contos à UTIC. Mas não é tudo! Na secção de letras da UTIC há coisas estranhas como letras a resgatar letras e dívidas de 1000 contos perdidas pelas gavetas.

A nosso ver esta situação não tem justificação pois o Governo autorizou no fim do ano passado subidas de tarifas nas empresas de camionagem na ordem de 25 por cento que nem sequer foram canalizadas para aumentos de salários dos trabalhadores das ditas empresas.

Os BELOS, por exemplo, na sua acção monopolizadora, compravam pequenas empresas de rentabilidade mais que duvidosa e gastavam fortunas apoderando-se de empresas de maiores dimensões.

Além disso sabemos também, que estes mesmos senhores — os Belos — gastaram 5 mil contos na compra de uma herdade para se dedicarem ao saudável desporto da caça. Agora dizem que lhes falta dinheiro e que estão à beira da falência, mas nós pudemos contemplar como administravam eles os fundos das suas empresas...

Assim vão cancelando encomendas enquanto a situação nos transportes é caótica. Temos tido contactos com comissões de trabalhadores de empresas de camionagem que nos informaram de que muitas viaturas estão paradas por falta de peças que nós temos em stock aqui na UTIC há carros parados por falta de correias de ventoinha!

Além disso, as empresas abandonaram a stokagem própria de peças de reserva, isto também após o 25 de Abril. Convém lembrar que as empresas — proprietárias e clientes compravam o material a um preço praticamente igual ao do custo e mesmo assim não o pagavam! Gostava também de dizer que na dúzia de anos que já passei nesta empresa nada mudou. Em especial, as condições de trabalho são péssimas para os operários. Por exemplo na secção de carroçarias de verão atingem-se normalmente temperaturas de 40 graus centígrados (o telhado é de zinco) e os traba lhadores veem-se obrigados a trabalhar em tronco nu.

Além disso a secção de pintura está junto à de carpintaria, o ar torna-se irrespirável com poeiras de madeira, tintas tóxicas, enfim toda aquela mistela a entrar-nos pelos pulmões dentro. No Inverno é o inverso: uma geleira; mas no Verão é de facto pior — uma autentica fritadeira. Apesar de repetidos protestos tudo tem continuado exactamente na mesma.

Trabalhadora da automática — Nós temos um problema diferente que é o da alimentação. Pois já nos têm servido comida estragada e carne podre. Um grupo de trabalhadores tentou já sanear o chefe da cozinha, o sr. Mário Cunha, que manipulando as suas ajudantes pediu como resposta o saneamento daqueles de que nós protestávamos. Por outro lado a administração afirma que mesmo no caso de conseguirmos juntar um número suficiente de assinaturas pedindo o saneamento do dito chefe ela não o permitirá.

Trab. da Oriental — A empresa faliu em 1970, despedindo-se dos seus trabalhadores para abrir 3 meses depois. Foi admitindo lentamente pessoal até que em 1973 o patrão pediu ao Governo autorização para transferência de 347 teares para o Porto argumentando falta de mão de obra, ele que 3 anos antes despedira, não esqueçamos, 600 operários. Quando veio o 25 de Abril lembrou-se da transferência das máquinas que ainda não fizera que nós tentamos evitar, indo aos ministérios do Trabalho e Economia. Mas nada conseguimos.

Em Junho de 1974 o patrão tentou transportar as máquinas de fiação conseguiu a autorização em fins de Outubro, mas nós demos pelo caso. De novo fomos dar voltinhas aos ministérios mas desta vez jogámos pelo seguro e assim embora os ministérios ainda não tenham dito nada, nós temo-nos oposto à saída de uma única máquina. E assim continuaremos.

Ao mesmo tempo quer aumentar os ritmos de trabalho, isto é, por-nos a trabalhar simultaneamente com vários máquinas, pois tem agora muitas encomendas. Isto no nosso ramo, onde tem havido tantos despedimentos! Claro que não aceitámos e exigimos a criação de mais postos de trabalho para os camaradas desempregados. Ele porém ainda não nos respondeu concretamente.

Trab. Empr.ª M. Lopes Henriques — Na empresa não há comissão de trabalhadores. Quando há qualquer problema a tratar com o patrão discute-se o assunto em comum e nomeamos uma delegação «ad hoc». A secção de fiação estava desde pouco antes do 25 de Abril até recentemente em subprodução (um dos dois turnos não trabalhava). Não houve despedimentos, talvez por o patrão saber que nos oporíamos sem qualquer espécie de cedências a qualquer tentativa. Mas cá vem o problema; em Dezembro foram recebidas apenas três semanas do 13.º mês. Os operários reuniram-se e exigiram o resto do pagamento ao patrão. Este muito delicadamente «explicou» que devido às condições de subprodução da fábrica era-lhe impossível proceder ao pagamento de [illegible] nas que o faria [illegible] Páscoa.

Recentemente, correu a informação de que o patrão não pagaria a tal semana que faltava do 13.º mês. Desta vez foi o pobre patrão que à hora do almoço, diante de toda a fábrica, explicou as «inesperadas dificuldades» para o prometido pagamento pela Páscoa.

...«Tudo isto é um equívoco»... «O patrão não é mentiroso»... «O que ele promete cumpre»... — disse ele.

... Mas os trabalhadores estão atentos a estas manobras ardilosas e a situação continua controlada.

NA CRISE DO CAPITALISMO

Para nos apercebermos da crise existente neste momento na economia capitalista portuguesa, temos que recuar até antes do 25 de Abril e tentar caracterizar essa situação.

Antes do 25 de Abril — A exploração capitalista assentava na conjugação de 3 grandes medidas:

a) A existência de salários de miséria;

b) A exploração desenfreada dos povos das colónias portuguesas (Angola, Moçambique).

c) Uma economia extremamente dependente, voltada essencialmente para a exportação.

Estas medias só eram possíveis devido à repressão desenfreada utilizada pelo regime fascista. Com o 25 de Abril e consequente liberalização e abertura criadas, todas estas traves foram imediatamente postas em causa pelas massas trabalhadoras, de tal forma que não foi possível a «reconstrução pacífica» pretendida pela burguesia capitalista, mas pelo contrário as condições foram-se degradando cada vez mais, e isto através das seguintes vias:

— Luta pelo aumento de salários

Atingiu, por um lado, as empresas de estrutura económica débil (ex: têxteis) que estavam viradas para a exportação (possível pelos baixos custos conseguidos através dos salários de fome); por outro lado as empresas estrangeiras (multinacionais ou não) que se tinham dirigido para Portugal unicamente devido à «paz social» e sobre-exploração possíveis. Tanto umas como outras começaram a avançar despedimentos maciços.

— Fim da Exploração Colonial Portuguesa

Atingiu todas as empresas que viviam à custa do mercado colonial, quer como importador de produtos manufacturados, quer como fornecedor de matérias primas em situação de privilégio total (ex: indústrias básicas, lanifícios, produtos alimentares).

— Lutas de carácter «político com o consequente vazio do poder.

Veio provocar o boicote económico por parte dos países capitalistas que rapidamente cortaram os investimentos que tinham previsto realizar na «paz social» que oferecia o regime fascista.

Tudo isto, acrescentado aos soldados regressados das guerras coloniais e aos emigrantes «recambiados» pelos países capitalistas em crise profunda provocou e provoca o desemprego em quantidades assustadoras (250 000).

O terceiro pilar da exploração capitalista em Portugal **— a Economia voltada para a exportação fácil** — é posta inevitavelmente em causa pelo processo inflaccionário galopante (provocado pelos próprios capitalistas em dificuldades de manter e aumentar os seus lucros) que origina uma dificuldade, se não uma grande de impossibilidade, de exportar em condições.

Portanto, a burguesia capitalistas, não conseguindo «segurar» por processos «democráticos» a luta dos trabalhadores pela melhoria imediata das suas condições de vida, permitiu o desmoronamento do seu esquema de exploração, sem ter conseguido, entretanto, forjar (impossível num país tão dependente e ainda tão pouco desenvolvido como o nosso) uma solução pacífica, social-democrática, para a manutenção da exploração da classe operária e demais trabalhadores.

Concluindo: **pode-se dizer que é esta situação de crise profunda da dominação da burguesia que vêm pôr na ordem do dia o socialismo e o poder operário e popular em alternativa à manutenção da exploração e opressão capitalistas, em condições no essencial iguais às de antes do 25 de Abril.**

Tentaremos mais adiante analizar as questões mais em particular e dar respostas tanto quanto possível concretas e imediatas a problemas que se põem em cada um desses casos.

Empresas em crise

A crise económica da formação social portuguesa tem-se reflectido na crise (falência, reconversão, sabotagem económica, etc. de vários tipos de empresas que se buscavam em condições de exploração que, como atrás foi visto, se alteraram.

Não devem ser os trabalhadores a pagar, através dos despedimentos ou da intensificação da exploração, a crise inerente ao capitalismo português. Para isso é necessário que os trabalhadores, face às falências, aos vários processos de sabotagem económica com que os capitalistas pretendem preparar a reconversão do seu modo de exploração, apontem alternativas que façam pagar aos capitalistas a sua própria crise e dêem início a uma reestruturação da economia segundo os interesses das massas trabalhadoras.

As respostas a dar pelos trabalhadores variam conforme a natureza do capital em que assenta a empresa (estrangeira, multinacional, grande empresa nacional, pequena empresa), a dependência em que se encontra a produção dessa empresa face a condicionantes externos (outras fases de fabrico, exportação, importação, etc.) o facto de se tratarem ou não de produtos básicos, etc.

Empresas estrangeiras

Das empresas estrangeiras presentes em Portugal, convém-nos distinguir as que são multinacionais — isto é: as que estão ligadas ao capital financeiro internacional e portanto a centros de decisão multinacionais — das restantes, quer estejam apenas ligadas a capital industrial, quer a capital financeiro com sede numa nação.

Empresas multinacionais

Estas empresas implantaram-se em Portugal sobretudo nos sectores do **material eléctrico, montagem de automóveis**... colocaram em Portugal apenas uma pequena fase do processo de produção, completando-se o mesmo no estrangeiro. Serviam-se dos baixos salários e do clima de «paz social», além de outras condições favoráveis facultadas pelo anterior regime como os baixos impostos e o crédito fácil.

Com os aumentos salariais e o aumento das reivindicações e do poder dos trabalhadores muitas destas empresas deixam de ter as vantagens anteriores, pelo que abandonam o país (Signetics) ou efectuam despedimentos drásticos (I.T.T.-Semicondutores, I.T.T.-Facel) como forma de manter a margem anterior de lucros.

A luta dos trabalhadores depara-se com problemas dificílimos quando estas empresas ameaçam fechar como resposta às suas reivindicações, uma vez que estas empresas estão totalmente dependentes do exterior (na importação, na exportação geralmente) e têm facilidade de mudarem as suas produções de um para outro país, quando se alteram as vantagens oferecidas.

Os sectores das empresas multinacionais são sectores criados pela dependência económica face ao imperialismo que têm de ser reconvertidos. Por isso, **não é correcto pedir a nacionalização destes sectores.** Para os trabalhadores uma alternativa parcial deve ser a **exigência de que o Estado faça pagar altos custos a essas empresas pela sua sobre-exploração.** Se isto poderá levar ao abandono delas, deverá levar também à aquisição de recursos para a criação de novos sectores produtivos básicos onde podem ser empregados os mesmos trabalhadores.

Empresas não multinacionais

Muitas empresas deste tipo se instalaram também em Portugal na base das vantagens oferecidas pelos baixos salários e pala «paz social». Em alternativa ao abandono ou aos despedimentos maciços por parte destas empresas, **a nacionalização ou o agrupamento com outras empresas do sector** pode ser uma via a apontar pelos trabalhadores.

Produção voltada para o mercado esterno, para consumo das classes altas ou para necessidades induzidas pelos capitalistas

— Grande parte do aparelho produtivo português, quer se trate de empresas nacionais ou estrangeiras tem estado voltado para o mercado externo, para consulta aos trabalhadores a resposta a dar face à «crise» dessas empresas, devido à dependência em que se encontram face ao mercado externo. **Daí a necessidade de essas empresas se reconverterem passando a produzir o que corresponda às necessidades básicas do Povo Português.**

Problema idêntico de reconversão se põe quanto às indústrias e serviços orientados para os consumos sumptuários das classes altas (turismo de luxo, bens de consumo individuais de alta qualidade) e também para as produções alicerçadas em necessidades induzidas pelo próprio capitalismo (proliferação do automóvel, da casa secundária ou de férias de propriedade pessoal, etc.).

Empresas nacionais

— A nacionalização das grandes empresas, nomeadamente as das indústrias de base e as dos produtos essenciais para o consumo interno é um passo necessário para atacar decisivamente a base económica do capitalismo. É um passo complementar ao da nacionalização da banca, dos seguros, do comércio externo e sem o qual se manterá o poder dos grupos capitalistas industriais.

Antimonopolismo e anticapitalismo

— Face à crise de muitas **médias e pequenas empresas**, resultante do processo normal de concorrência e concentração capitalista, agravado pela recente subida de salários, **a linha reformista, baseada no «antimonopolismo» tem procurado poupar estes sectores refreando a luta operária, justificando que estas empresas não podem acompanhar os aumentos salariais.** Pretendem antes que o Estado apoie estas empresas, quer financiando as falidas, quer, para o caso das pequenas empresas, apoiando sistematicamente a formação de cooperativas.

Este tipo de actuação vem na sequência da política de aliança com a média e pequena burguesia, própria do reformismo e da «política antimonopolista» alicerçada na tese de que os monopólios entravam o crescimento económico (capitalista).

A política de defesa das pequenas e médias empresas esquece que é muitas vezes nestas empresas que a classe operária suporta piores condições de exploração e onde ultimamente se têm feito mais despedimentos. Esta posição pretende fazer esquecer que os sectores monopolistas são os sectores mais dinâmicos do crescimento capitalista e aqueles que melhor se poderiam adaptar às novas condições criadas a partir do 25 de Abril.

Embora o golpe principal a assentar no capitalismo deve ser dado nos seus centros decisivos de poder económico que são os centros de acumulação do capital financeiro e os sectores monopolistas, não há que poupar os interesses das médias empresas, muitas vezes, de resto, directamente dependentes dos mesmos monopólios. **Face à crise nestas empresas, os trabalhadores devem porpôr a nacionalização, caso a empresa tenha viabilidade económica ou em alternativa a aglutinação com outras empresas do mesmo ramo.**

Se os pequenos capitalistas empobrecidos pela concorrência capitalista podem ser chamados para o campo do proletariado, não é mantendo-as na posição de exploradores que essa aliança pode ser feita.

LUTAR PELO SOCIALISMO!

Elaborado antes do golpe reaccionário do 11 de Março, este o texto que hoje parcialmente reproduzimos mantém a sua actualidade já que a situação criada apenas trouxe condições mais favoráveis para se avançar no campo económico na perspectiva aqui definida e, simultaneamente para que a luta dos trabalhadores tenha necessariamente que ter em conta o processo de transformação da economia portuguesa em curso que, se por eles não for controladm, nunca poderá contribuir para o avanço do processo revolucionário.

Inicialmente feito como contra proposta crítica ao Plano Económico Melo Antunes, hoje já ultrapassado, referiamo-nos às medidas que nos vários sectores da economia considerámos como indispensáveis e urgentes para abrir caminho a uma real e efectiva transformação da sociedade portuguesa.

Tendo-nos já referido largamente em semanas anteriores à banca e aos seguros, cuja nacionalização preconizámos e se encontra decretada, e ao sector industrial, publicamos hoje o que se refere à Reforma Agrária, Transportes e Comunicações

REFORMA AGRÁRIA

Relativamente ao sector agrícola importa ter em atenção vários aspectos que o iniciar de uma verdadeira Reforma Agrária deve levar em consideração, tais como:

— na zoa de latifúndios está, antes de tudo o mais, um problema de justiça social;

— há um problema de carácter económico que se traduz na exploração racional da terra, de forma a aumentar a produção nacional, reduzindo assim a nossa dependência do exterior;

— há um problema de raiz política que se expressa na indispensabilidade de atacar e liquidar o poder que localmente os grandes senhores da terra exercem, com os problemas decorrentes do caciquismo político e social e da criação de situações de tensão nos campos que dividirão as populações;

— há o problema de vencer resistências e mentalidades inaptas para processos inovadores, designadamente nas zonas de minifúndio.

Deste modo impõem-se as seguintes medidas:

1. Expropriação de todos os prédios com mais de 200 hectares e de todos os outros que as formas organizativas criadas pelos trabalhadores decidirem; que passarão para a posse do Estado, ficando a sua gestão entregue a cooperativas de trabalhadores e camponeses pobres com o apoio técnico e financeiro de organismos de Estado a criar para o efeito (I.R.A., Banco da Agricultura, Estações de Melhoramento de Plantas, Parques de Máquinas, etc.).

2. **Expropriação dos prédios onde foram realizadas obras cujo valor seja determinante no valor total** (de rega ou outras) **e que tenham sido financiadas pelo Estado.** A sua gestão será entregue a cooperativas de trabalhadores agrícolas ou, em certas regiões de pequenas propriedade, a empresários individuais que obrigatoriamente se associarão para a utilização comum de infra-estruturas ou outras actividades onde a dimensão ofereça claras vantagens (parques de máquinas, estábulos, etc., financiados ou não pelo Estado).

3. **Expropriação dos prédios não cultivados, ou manifestamente mal cultivados e subaproveitados, após o I.R.A. ter feito tentativas no sentido de alterar a situação.**

4. **Expropriação dos prédios com área regada superior a 50 ha. arrendados há mais de doze anos.** A sua gestão obedecerá aos princípios atrás enunciados.

5. Expropriação de todos os terrenos com aptidão para o regadio e cuja dimensão o justifique, obedecendo aos princípios de gestão já enunciados.

6. **Restituição imediata dos terrenos baldios, às comunidades locais, seus legítimos proprietários.** A sua gestão deverá forçosamente fazer-se sob formas associativas (cooperativas), sendo sempre considerada propriedade colectiva, beneficiando do apoio técnico e financeiro dos organismos especializados do Estado.

7. **Proibição imediata da renda em espécie, de parcerias, de subarrendamento. Extinção do foro e do regime de colonato.**

8. **Estabelecimento de** critério para as áreas mínimas de dimensão de prédios rústicos, variáveis segundo a região, o terreno, etc. (por exemplo 50 a 100 ha em sequeiro, etc.).

9. **O Estado constituirá imediatamente um organismo técnico-político — um Instituto de Reforma Agrária (I.R.A.) — em cuja gestão será decisiva a participação dos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres, do Estado e dos municípios.** Para a participação dos trabalhadores, reconhecer-se-ão como seus legítimos representantes os que as estruturas organizativas que forem sendo criadas democraticamente designarem.

Terá funções muito amplas, entre as quais a de fornecer apoio técnico, fixação de preços, cursos de formação técnica especializados, etc.

10. O Estado constituirá estações de melhoramento de plantas, viveiros, etc., subordinados ao I.R.A. Este será ainda a instância decisiva a ouvir em tudo o que respeite a política agrícola e decisões técnicas.

11. O Estado levará a efeito, e apoiará em tudo o I.R.A., municípios, cooperativas, associações de agricultores e outras formas organizativas que venham a ser criadas pelas populações rurais, na organização de vastas campanhas de esclarecimento e dinamização local, especialmente com predomínio nas zonas de minifúndio, visando a difusão do associativismo agrícola e cooperativismo, promovendo e mantendo explorações-piloto e apoiando e incentivando a discussão política especialmente nas zonas onde a penetração política é mais difícil e as populações continuam sujeitas à dominação dos caciques locais.

12. **O Estado constituirá imediatamente um Banco da Agricultura (B.A.) com gestão controlada pelos interessados, pelo I.R.A., e directamente, ou pelas formas organizativas locais que venham a ser criadas pelos trabalhadores para representarem os seus interesses.**

13. O auxílio técnico e financeiro do Estado será atribuído exclusivamente a associações de pequenos e médios agricultores e a cooperativas de trabalhadores agrícolas. Intensificação do auxílio ao emparcelamento, cooperativização e reconversão cultural.

14. Fixação de programas de intensificação cultural com padrões mínimos, para as propriedades de grande dimensão não expropriadas sujeitas a sanções em caso de não cumprimento, que podem ir até à expropriação.

15. Desincentivação do arrendamento (sistema fiscal) com opção na venda aos rendeiros que se constituiram em cooperativas, ou ao Estado.

16. Fixação de valores máximos de rendas e prazos mínimos de duração dos contratos (18 anos por exemplo.

17. **A comercialização dos produtos agrícolas será efectuada por empresas públicas de comércio interno a actuar em dois campos distintos:**

a) recolha e centralização de produtos agrícolas de consumo imediato junto das empresas produtoras que pretenderem;

b) armazenagem e distribuição dos produtos:

1.º pelos postos de venda e mercados com vendedores particulares;

2.º por grandes armazéns do Estado de venda directa ao público.

Tal medida implica a integração da actual rede de frio existente, o seu alargamento e a sua articulação com uma infra-estrutura de transportes adequada a cada produto (leite, carne, peixe, fruta, hortícolas).

Poderão também as cooperativas e as associações de agricultores organizar a venda directa ao público, ficando sujeitas a apertada fiscalização de preços e qualidade. Os preços serão estabelecidos de acordo com as indicações fornecidas pelo I.R.A. Tais empresas poderão ser ainda encarregadas de aquisição e distribuição dos adubos, matérias-primas, sementes, fungicidas, insecticidas, máquinas, etc...

Integração com outros sectores: será incentivada a integração do circuito produção-transformação, para o que o Estado concederá créditos através do Banco da Agricultura, e todos os outros incentivos que venham a ser considerados necessários.

transportes e comunicações

Em qualquer processo de transformação social, independentemente da integração num esquema mais geral de apropriação colectiva dos meios de produção, é evidente a importância fundamental que tem o sector de transportes e comunicações. Basta recordar aqui o exemplo do Chile.

Neste contexto importa um controlo efectivo deste sector, para o que se impõe:

Nacionalização das empresas de transporte rodoviário, de cargas e de passageiros, com uma frota igual ou superior a **cinquenta toneladas.**

Nacionalização das empresas de transportes ferroviários.

Nacionalização das empresas de transporte marítimo de longo curso, devendo o Estado constituir empresas especializadas por tipo de transporte. De imediato criaria três correspondentes ao transporte de mercadorias (carga geral) combustíveis (petróleo, gases, etc.) e transportes de frigoríficos.

Nacionalização das empresas de transporte aéreo.

Nacionalização das empresas de telecomunicações.

Chaves

Como já vem sendo hábito no nosso burgo, pairam no ar «bocas» caluniosas contra o núcleo do Movimento de Esquerda Socialista de Chaves. Somos forçados a desmascará-las, para um eficiente esclarecimento dos factos.

O núcleo do M.E.S. nesta cidade desde há muito que não se poupava a esforços no sentido de conseguir um local onde pudesse instalar a sua sede. **Foi encontrado na Rua das Longras, n.º 20, 2.º andar, tendo sido ocupado no pretérito dia 22 do corrente mês.**

Desde logo começaram a passar de boca em boca frases como: «ocupação ilegal», «abuso de propriedade alheia», «assalto a edifício particular» e tantas outras. Dentro destes boatos, chegou ao nosso conhecimento um, apresentado ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Chaves.

Efectivamente, tal não aconteceu. É do conhecimento da maioria da população que a casa citada pertence aos herdeiros do dr. Jaime Ferreira de Carvalho. O núcleo M.E.S. esforçou-se por saber a morada dos herdeiros, tendo entrado em contacto com eles, que, muito amavelmente, se prontificaram a comparecer nesta cidade, a fim de se acordar o respectivo contrato de arrendamento.

O núcleo do M.E.S. de Chaves deixa assim bem explícito que a ocupação não foi ilegal, como aliás se refere anteriormente, mas que, noutras circunstâncias, tê-lo-ia feito, como vem acontecendo noutras localidades do País. Assim, agradecemos a todas as pessoas de bom senso (que ainda existem nesta cidade) que façam calar de uma vez para sempre essas bocas ignorantes e desonestas.

Marvila

Realizou-se em Lisboa, no dia 28 de Março pelas 21 e 30 no Vale do Fundão - Marvila, uma sessão de esclarecimento promovida pelo Comité de Bairro. O camarada Francisco Cordovil fez uma análise da situação política actual, definindo alguns pontos fundamentais da linha política do nosso Movimento, nomeadamente face às eleições burguesas para a Constituinte.

Seguidamente o camarada Alexandre, operário nas oficinas de Alverca, acentuou a **necessidade de criação do Poder Popular através de Comissões de Trabalhadores, de Moradores, Conselhos de aldeões e de soldados.**

Seguiu-se um animado diálogo entre a assistência e entre esta e a mesa, aflorando-se várias questões, tais como:

. Diferenças da linha política do movimento com outros grupos ditos de esquerda.

Qual a contribuição do M. E. S. nas lutas de fábricas, campos, escolas no nosso país e a solidariedade com estas lutas quando travadas noutros países debaixo do jugo fascista e imperialista.

Composição do Governo recentemente formado e ambiguidades não desfeitas.

Divulgação de parte do caderno reivindicativo das Intercomissões de moradores de bairros de lata.

Questões à volta da unicidade sindical.

Formação de cooperativas de consumo, com a circulação de produtos totalmente controlados pelos trabalhadores e a necessidade das nacionalizações da Banca e Seguros se alargar ao comércio externo e interno.

No final da sessão foi-nos manifestado por vários operários presentes o desejo de passar a trabalhar com o nosso movimento, tendo sido integrados no Comité de Bairro.

Comité de Bairro de Marvila

Castro Verde

Na vila sul alentejana de Castro Verde, a população com o apoio do M. E. S. e de outras organizações políticas da esquerda ocupou um palacete, pertencente aos herdeiros de um latifundiário ausente em Lisboa há largos meses.

O palacete destina-se a um centro desportivo e cultural popular.

Oeiras Infantário popular

. As mães e os pais trabalhadores precisam de deixar os seus filhos para irem trabalhar, mas não há infantários, nem creches que a classe trabalhadora possa pagar. Em Oeiras as vagas nos poucos infantários que existem são poucas ou nenhumas e o seu preço é elevadíssimo (1500$00 por mês).

Deste modo iniciámos a nossa luta pela criação deste infantário para servir o povo, há mais de 8 meses, mas a Câmara não nos deu apoio. Neste momento lutamos, como é evidente, com muitos problemas, sendo um deles a falta de dinheiro; assim, a Câmara deve apoiar a nossa luta porque é uma justa reivindicação do povo trabalhador; além disso, o dinheiro que está no cofre da Câmara é do povo, foi obtido à custa do seu trabalho! Assim a Câmara não tem mais que o devolver quando se trata de resolver coisas de primeira necessidade como é o caso.

Assim, no dia 22 de Março de 1975, a comissão de moradores do centro da vila, Nova Oeiras, Bairro da Pia à Porta e Quinta das Palmeiras, ocupou uma casa abandonada há mais de 10 anos (cujo proprietário não declarara a casa, como devoluta, aos serviços da Câmara), **situada na R. Mouzinho de Albuquerque, n.º 4 em Oeiras para nela instalar um infantário popular.**

Centenas de pessoas deram o seu apoio e a sua presença à iniciativa, concordando com a justiça da ocupação e oferecendo o mais diverso equipamento, desde as camas aos «biberons» passando pelos frigoríficos e pelos fogões a gás. Outro reflexo dos preços elevadíssimos que se pagam nas cresches existentes é o facto de, apenas em dois dias, se inscreverem 23 crianças com idades compreendidas entre um mês e os seis anos.

Esta ocupação é o resultado da mobilização popular para a resolução dos seus próprios problemas, não sendo mais uma obra de caridade, mas o reflexo da emancipação dos trabalhadores, independentes dos paternalismos oficiais.

Este infantário popular exige o apoio de todos os moradores de Oeiras, aos quais se pede a colaboração, não só em horas de trabalho efectivo (tomar conta das crianças), assegurar a abertura e limpeza do infantário, assegurar uma cotização voluntária, etc.

Comissão de Moradores do Centro da Vila, Nova Oeiras, Bairro da Pia à Porta e Quinta das Palmeiras

Portalegre

O Núcleo de Portalegre do M. E. S. ocupou ao princípio da madrugada do dia 30 de Março uma casa na Rua Guilherme Gomes Fernandes desta cidade.

Aquela encontrava-se desabitada há longos anos e não havia sido declarada como devoluta à C. M. P.

Porque achamos que constitui uma afronta à população trabalhadora e ao povo manter casas fechadas num momento em que são necessárias, e porque o núcleo desta cidade do M. E. S. necessitava de instalações que possam responder convenientemente à actividade desenvolvida, decidimos a ocupação.

AVANTE PELO SOCIALISMO
Portalegre, 30.3.75
Núcleo do M. E. S.

Serpa

. «Nem só de pão vive o Homem», diz o povo e muito bem. O que tem sido até aqui a vida dos trabalhadores, senão uma vida de escravos? Só a classe gurguesa, exploradora do povo trabalhador, tem tido o direito de se divertir e cultivar, mas com o dinheiro que tem roubado e continua a roubar aos trabalhadores.

Se é o povo trabalhador que tudo produz, é ele também quem mais direito tem à diversão e à cultura.

Há que criar CENTROS REVOLUCIONÁRIOS DE RECREIO E CULTURA POPULAR, onde os trabalhadores possam ter actividades que contribuam para a sua emancipação.

Tendo isto em conta o núcleo de Serpa do Movimento de Esquerda Socialista, com o povo trabalhador, vai ocupar uma casa desabitada já há largos anos, (a casa do Barros e Sá) para este fim ou outros se o povo trabalhador assim o desejar.

No dia 28 de Março o povo trabalhador de Serpa ocupou uma casa desabitada há cerca de 20 anos, pertencente a um conhecido latifundiário de nome Borges e Sá.

Antes da ocupação foi constituída uma comissão de ocupação composta por trabalhadores envolvidos neste processo.

Após a ocupação procedeu-se a um inventário de todos os bens existentes, foram contactadas as autoridades locais e o Governo Civil do Distrito.

Neste momento estão formados piquetes de ocupação e a ser planeado o uso a dar em favor dos trabalhadores.

Esta ocupação vem na sequência de outras intervenções da classe trabalhadora no distrito de Beja com o objectivo de utilizar as casas para actividades sociais, sindicais e políticas, indispensáveis à condução da sua luta.

Núcleo de Serpa do MES

Évora

Camaradas e amigos:

Vivemos um tempo de efervescência. Os burgueses bem pensantes e acomodados perguntam inquietos: «para onde vamos?», «onde é que isto vai parar?». E os reformistas deixam-se abalar na ilusão de que a democracia está consolidada e o socialismo está à porta.

Não camaradas.

O processo pré-revolucionário que está a decorrer no nosso país precisa de ser acelerado. **E, principalmente, precisa de ser controlado, desde a base, pelos trabalhadores — porque só eles são capazes de revolucionar a nossa sociedade, só eles construirão o socialismo, o poder operário e popular.**

Com a saída do último governador civil, provou-se mais uma vez que não é possível impor dirigentes! Provou-se que o povo não aceita ser vítima de «arrangijismos» de cúpula. Não acreditamos que desta vez o governador civil seja já a expressão e o fruto da organização popular. Mas é para aí que temos de caminhar.

Desde sempre, o Movimento de Esquerda Socialista vem insistindo na necessidade de os trabalhadores se organizarem, em amplas assembleias e em comissões representativas, nas fábricas, nas herdades, nas zonas de habitação. Serão estas assembleias populares, através das suas comissões, que hão-de construir os órgãos de coordenação e de dinamização de toda a vida social. **Assim nascerá uma verdadeira alternativa aos esquemas com que a burguesia pretende dominar e dirigir o povo trabalhador.**

Temos ouvido falar muitas vezes, e hoje mesmo aqui, na luta contra os monopólios e latifúndios. E com toda a razão, porque o seu poder mal foi beliscado. E os trabalhadores rurais continuam a ser enganados com uma reforma agrária que ainda nem sequer deu os primeiros passos. As forças reformistas continuam a falar em monopólios e latifúndios como se eles não fossem inevitáveis em qualquer regime capitalista, como se eles não fossem o fruto e a consequência natural do capitalismo.

É este, é o capitalismo que temos de pôr em causa: e o capitalismo não se controla, não se corrige — o capitalismo ataca-se e destrói-se. Ou o destruímos, ou seremos destruídos por ele, em cada dia de exploração nas fábricas, nas oficinas, nos campos.

Nesta luta contra o capitalismo, assume lugar de relevo a luta contra os despedimentos e o desemprego, a luta pelo congelamento de preços e a actualização dos salários. E aqui convém referir o exemplo dos nossos camaradas caixeiros e empregados de escritório que nesta cidade e neste nosso distrito se batem exactamente por esses objectivos, apesar das calúnias de alguns e da incompreensão de muitos.

Para eles e para todos os trabalhadores que lutam contra o desemprego e o custo de vida, para todos os trabalhadores que, pela sua luta e organização, estão a criar condições para o combate decisivo contra o capitalismo e pela revolução socialista — vai a solidariedade dos simpatizantes, aderentes e militantes do Movimento de Esquerda Socialista

Pelo poder operário e popular!

Pela total reforma agrária!

Contra a exploração capitalista!

Em frente pelo socialismo para construir o comunismo!

(Núcleo de Évora do Movimento de Esquerda Socialista)

SEDES

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22
Almada Praceta D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6
Angra do Heroísmo R. Conselheiro Jacinto Candido, 7
Aveiro Av. Araújo e Silva, 22
Barcelos
Beja R. dos Infantes, 14, T. 22789
Braga Av. da Liberdade, 362-2.º, T. 27643
Caldas da Rainha Trav. 5 de Outubro, 22
CASCAIS R. Araújo Viana, 6
Castelo Branco R. João de Deus, 54/58 T. 833
Castro Verde R. Nascimento Costa
Chaves, R. das Longras, 20-2.º
Coimbra R. Ferreira Borges, 125-3.º - Tel. 27718
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º - Telef. 24485
Espinho R. 19, n.º 57 r/c
Estremoz Largo da República 42
Faro R. Castilho, 9 T. 26100
Figueira da Foz Rua da República, 102, 1.º
Guarda R. Augusto Gil, 1 - 1.º
Guimarães Rua da Rainha 138-2.º e 3.º
Lamego Praça do Comércio, 93 - 3.º
Leiria Rua Tenente Valadim 66 R/c drt.º
Lisboa Av. D. Carlos I. 130, T. 600065
Av. D. Carlos I, 146-1.º Drt. - Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79, r/c Esq. (**Jornal**) - Tel. 535438
Arroios Rua de Arroios, 88 - 1.º
Campo de Ourique R. Silva Carvalho, 255 - 1.º
Moscavide R. dos Combatentes da Grande Guerra 51-B
Oliveira de Azeméis R. Luís de Camões, 21
Ovar R. Marquês de Pombal, 70
Peniche R. Alexandre Herculano, 16/18
Ponta Delgada R. Tvares Resende, 100
Portalegre, R. da Oliveira, 61, T. 817
Porto, R. Gonçalo Cristóvão R. 31 de Janeiro 150-2.º - Tel. 319569
Bonfim R. do Bonfim, 104
S. João da Madeira
S.Pedro do Sul L. de S. Sebastião
Santarém R. Pedro de Santarém, 36, T. 23199
Seia R. Capitão António Dias
Serpa R. do Calvário, 29
Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova
Sintra, R. Cunha e Silva
Viana do Castelo R. de Altamira, 65/67
Praça da República, 52
Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123
Viseu Trav. Cândido dos Reis, 37

o MES nas eleições

LISBOA

1 de Abril **Amadora**, Liceu, 21.30
2 de Abril **CRGE**, 21.30
Benfica, Academia Grandela, 21.30
Oeiras, Idanha, 21.30
Cadaval, Bombeiros, 21.30
3 de Abril **Firma Lever**, Clube do pessoal, Amoreiras, 18
Arruda dos Vinhos, Clube Desportivo, 21.30
Santos, R. Guilherme Cossul, 21.30
4 de Abril **Sete Moinhos**, Verdi, 21.30
Sintra, Bombeiros do Cacém, 21.30
Benfica, Bombeiros da Brandoa, 21.30
5 de Abril **Azambuja**, Grupo desportivo, 21.30
Alcântara, Academia Santo Amaro, 21.30
Sintra, Adabeja, 21.30
6 de Abril **Lourinhã**, Bombeiros, 21.30
7 de Abril **R das Trinas**, Vendedores de jornais, 21.30
Sobral Monte Agraço, Cinema, 21.30
Sintra, Bombeiros de Belas, 21.30
8 de Abril **Alenquer**, Sporting, 21.30
Sintra, Algueirão, Sport Clube de Mem Martins

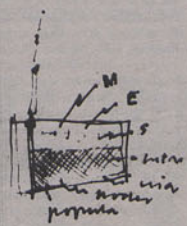
SETÚBAL

2 de Abril **Grândola**, Melides, Casa do Povo
Almada, Laranjeiro, Clube de Instrução e Recreio
Setúbal, FNAT
3 de Abril **Santiago de Cacém**, Deixa-o-Resto, casa do Povo
4 de Abril **Sesimbra**, Azóia, Sila Luís Pinhal
Almada, Porto Brandão, Sociedade de Recreio e Beneficiência
Santiago de Cacém, Ermidas, Casa do Povo
5 de Abril **Santiago de Cacém**, S. Domingos da Serra, **Casa do Povo**
Almada, Pragal, Cooperativa Pragalense
Moita, Soc. Filarmónica Estrela Moitense
6 de Abril **Santiago de Cacém**, Alvalade, Casa do Povo
Montijo, Soc. Recreativa Progresso Afonseirense
Setúbal, Pavilhão, Clube Rereativo
Santiago de Cacém, Cercal, Casa do Povo
Almada, Vale Figueira, Pavilhão da Escola
Paio Pires, Clube da Siderurgia Nacional
8 de Abril **Sines**, Soc. Recreativa Sinense
Setúbal, Soc. Capricho
9 de Abril **Grândola**, Azinheiro de Barros, Casa do Povo
Barreiro, Franceses
Palmela, Soc. Filarmónica Humanitária
Almada, Charneca da Caparica, Clube Recreativo Charnequense
10 de Abril **Grândola**, Lousal, Salãode Festas do Pessoal do Lousal
Almada, Cova da Piedade, S.F.U.A.P.
Palmela, Quinta do Anjo, Soc. Industrial Musical
Moita, Alhos Vedros, Soc. Cooperativa Operária
11 de Abril **Santiago de Cacém**, Abela, Casa do Povo
Almada, Costa da Caparica, Bombeiros Voluntários
Setúbal, Grupo Desportivo os «13»

COIMBRA

2 de Abril **Bordalo**
3 de Abril **Celas**
S. Silvestre
4 de Abril **Figueira da Foz**, Fontanelas
Tavarede
6 de Abril **Alcarraques**
Figueira da Foz, Lavos
Espinhal
12 de Abril **Lousã** Comício

LEIRIA-CALDAS

1 de Abril **Alcobaça**
2 de Abril **A dos Francos**
3 de Abril **Salir do Porto**
São Martinho
4 de Abril **Caldas da Rainha**
5 de Abril **Nazaré**
6 de Abril **Serra do Bouro**, 15.30
Chão de Parada, 21.30
7 de Abril **Foz do Arelho**
Nadadouro
8 de Abril **Cela**
Bárrio
9 de Abril **Alcobaça**
10 de Abril **Benedita**
Turquel

Emissora Nacional

4 Abril . 19-19.10
5 . 20.10-20.20
6 19.10-19.20; 20.10-20.20
8 19.20-19.30; 19.30-19.40
9 . 19.50-20
10 . 19.20-19.30

Rádio Clube Português

2 Abril . 22.50-23
3 . 23.30-23.40
4 . 14.30-14.40
5 . 23.10-23.20
6 . 14.30-14.40
7 . 23.30-23.40
8 . 22.30-22.40
10 . 22.40-22.50

Rádio Renascença

2 Abril . 22.40-22.50; 23.10-23-20
4 . 22.50-23.00; 23-23.10; 23.30-23.40
5 . 23.20-23.30
6 . 22.50-23
8 . 10-10.10
9 . 23.10-23.20
10 . 10-10.10

Emissores Regionais de Lisboa

2 Abril . 23.15-23.25
3 . 22.45-22.55
4 . 22.15-22.25
5 . 07-07.10
6 . 23.15-23.25
7 . 22.45-22.55
8 . 22.15-22.25
9 . 07-07.10
10 . 07.10-07.20

Televisão

5 Abril . 10 a 20 m a seguir ao Telejornal das 20 h
7 . 13.25-13.30
9 . a seguir ao Telejornal das 20 h
12 . 13.20-13.25

O «E. S.» VENDE-SE
NA SUIÇA
Tabacs du Boulevard
13, Boulevard Georges-Favon
1200 Genève
EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)
NA BÉLGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

Propriedade do
Movimento de Esquerda Socialista
Composto e impresso em
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, Lisboa
Jornal semanal / todas as 4.ª-feiras

Emocal (Açores): contra a sabotagem!

A Emocal é uma empresa de construção civil em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, com cerca de 200 trabalhadores. Dois dos gerentes da empresa tentaram sabotá-la economicamente desviando fundos e despedindo dezenas de trabalhadores. Um deles preparava-se para dar o seu passeio ao Brasil.

Os trabalhadores face a esta situação depois de várias reuniões, elegeram uma comissão de ocupação e tomaram conta da empresa. Formaram piquetes para evitar o desvio de documentação ou quaisquer outras manobras; também decidiram não paralizar-o trabalho.

O núcleo do MES de Angra está com os trabalhadores da Emocal e publicou o seguinte comunicado:

OS TRABALHADORES VENCERÃO!

«A burguesia capitalista, a mesma que à sombra do fascismo explorou intensamente os trabalhadores portugueses, pretende perpetuar essa exploração recorrendo para isso a manobras de toda a espécie: desvio de fundos, despedimentos, sabotagem económica, etc.

«Por todo o País a classe trabalhadora tem sabido opor-se com firmeza a estas tentativas dos seus inimigos de classe.

«Contra as manobras fraudulentas e de sabotagem económica provocada por alguns gerentes da Emocal, decidiram os trabalhadores desta empresa a sua ocupação, exigindo imediata sindicância com consequente saneamento dos fascistas Péricles e Ulisses, autores das manobras; intervenção imediata do Estado; o fim de despedimentos.

«O MES sauda e apoia esta justa luta dos trabalhadores da Emocal, consequente com a sua afirmação de que só a iniciativa das massas trabalhadoras em aliança com os sectores progressistas do MFA, será capaz de barrar o caminho à reacção capitalista e garantir o avanço do processo revolucionário no sentido do socialismo.

«Apelamos para a solidariedade activa de todos os trabalhadores desta ilha para os camaradas da Emocal, pois contra o inimigo comum — a reacção capitalista — só a unidade na luta dos trabalhadores poderá alcançar a vitória.»

Secretariado do Núcleo Regional do Movimento de Esquerda Socialista de Angra do Heroísmo

CAMPANHA DE FUNDOS

Transporte	3580 $ 00
Um camarada de Angola	100 $ 00
Um emigrante no Canadá	250 $ 00
	3930 $ 00

NOTA AOS ASSINANTES:

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondam com o jornal na qualidade de assinante.

ASSINATURA
Esquerda Socialista

6 meses **75 $ 00** ☐
12 meses **150 $ 00** ☐
apoio **300 $ 00** ☐
estrangeiro-Europa **275 $ 00** ☐

Nome
Morada
Localidade
Profissão

Admin./redacção: R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c Lisboa (t. 535438)

"voz de trabalhadores - livre e autonomamente organizados"

1.º — Os trabalhadores e todo o povo português assistiram recentemente — vigilantes! — a dois factos de profundas repercussões para o nosso país: mais uma derrota da criminosa burguesia e a nacionalização dos bancos.

O golpe de 11 de Março veio provar o que muitos parecem esquecer: **a burguesia capitalista não hesita em recorrer à força e ao crime quando sente o seu poder ameaçado; o antifascismo não passa de reformismo pueril se não avançar para um anticapitalismo consequente** (o fascismo é apenas uma das faces do capitalismo).

Só venceremos definitivamente a reacção quando destruirmos o sistema capitalista. **Só consolidaremos a liberdade e a democracia dando passos decisivos para o socialismo.** A nacionalização da Banca e dos Seguros foi um desses passos. Mas outros se devem seguir com urgência: a nacionalização do comércio externo, dos transportes, das fontes de energia, nas empresas que efectuem despedimentos colectivos, dos monopólios e latifundios, etc. **E não basta nacionalizar, é necessário socializar,** isto é: estabelecer o controle operário sobre as empresas, a produção, os lucros e os preços.

2.º — Mas também aqui é preciso não nos iludirmos: **O capital não se controla, ataca-se; os trabalhadores não podem aceitar gerir o capitalismo;** os trabalhadores não estão dispostos a pagar os custos da crise e da reconversão capitalista. Daí **a urgência da organização dos trabalhadores, nas fábricas, nos campos, nos locais de habitação** — em amplas assembleias, elegendo e controlando desde a base as suas comissões. Assim nascerão e se alargarão os **contra-poderes operários e populares,** através dos quais os trabalhadores, libertos dos esquemas propostos pela burguesia e pelas burocracias dos partidos ditos das «classes trabalhadoras», avançarão na defesa dos seus interesses de classe, forjarão uma alternativa revolucionária para o actual domínio do capital e das forças reformistas. Em suma: **avançar-se-á na construção do verdadeiro partido da classe operária apetrechado para o afrontamento decisivo com as forças burguesas.**

3.º — **Vivemos numa região em que a burguesia capitalista, fascista, marialvista e reaccionária (com relevo para os latifundiários) assentou arraiais desde há longos anos. É urgente sanear radicalmente as estruturas e o próprio ambiente.**

Terra de quem nada faz e tudo controla (economia, influência social, a manipulação política) — o Alentejo assiste a uma luta de classe decisiva: milhares de assalariados rurais à procura do pão, da dignidade e de uma profunda reforma agrária que reformule a agricultura e a ponha ao serviço do povo trabalhador; milhares de operários fabris, vítimas do despotismo colonialista (Siemens, Divor, etc.); milhares de desempregados. Do outro lado da barricada as «grandes familias» alentejanas que, de vez em quando, deixam os seus palácios de Lisboa ou do Estoril e descem aos «montes», em especial quando os lucros ameaçam baixar ou se aproximam eleições. É o capital — seja ele português, sueco ou americano — contra os trabalhadores. Muito há a fazer para que este Alentejo seja de quem produz, de quem trabalha. Muito há a fazer para que este País deixe de ser coutada de portugueses ou estrangeiros exploradores (e, portanto, inimigos) do povo trabalhador. **Aqui assenta a missão histórica do proletariado fabril e rural e dos seus aliados: tirar a alguns o que é de todos, construir uma sociedade nova, em que novo seja o modo de produção e o modo de viver — a democracia proletária, a fraternidade popular.** Mas isso não se fará sem luta, sem organização, sem uma violência para opor à violência de exploradores.

4.º — Nesse sentido vão algumas lutas de vanguarda (TAP, Lisnave, Sogantal, algumas ocupações de fábricas e herdades, etc.). **Por serem de vanguarda, o reformismo instalado no Governo e fora dele caluniou-as.** Os trabalhadores vãoassimdescobrindoquem é por eles e quem está contra eles ... E o 11 de Março veio proporcionar novas condições de luta e de organização.

No Alentejo pouco ou nada tem sido feito pelo saneamento, por melhores condições de vida e de trabalho, pela reforma agrária, pela garantia de emprego, pelo controle de preços. A vitória talvez venha longe mas os trabalhadores sabem — e sabê-lo-ão cada vez mais, pela prática — como conquistá-la.

5.º — **No dia 13 deste mês calou-se uma voz reaccionária do Alentejo: O «Diário do Sul». O Movimento de Esquerda Socialista apoiou, desde a primeira hora, tal iniciativa em colaboração com outras organizações partidárias com as quais mantém profundas divergências, tácticas e também estratégicas.**

Fê-lo convicto de que esta colaboração, de acordo com o programa político do M. E. S., contribui para:

«A consolidação e alargamento das liberdades adquiridas;

«a defesa da capacidade de iniciativa das massas populares, como única forma de obstar ao recrudescimento das forças da reacção e do fascismo;

«o avanço das forças populares na luta anticapitalista.»

A experiência que se vive no «Diário do Sul» é importante a vários níveis:

— Os reaccionários da nossa terra deixaram de ter uma voz ao serviço de qualquer «maioria silenciosa», ou antes, «minoria tenebrosa»;

— Os trabalhadores do jornal e da tipografia vão gerir o seu próprio trabalho, aumentando a sua capacidade de organização e de luta.

— Os trabalhadores do Alentejo, sem dinheiro para comprar ou montar empresas jornalísticas, vão ter um campo aberto à divulgação e discussão dos seus problemas e das suas lutas.

— Os sindicatos e os partidos democráticos exercerão mais livremente a sua acção.

O M. E. S. tudo fará para que esta iniciativa contribua para o «desencadear, fortalecer e organizar de um poderoso movimento anticapitalista das massas populares». E dará todo o seu apoio para que o «Diário do Sul» seja voz dos trabalhadores, livre e autonomamente organizados, evitando que o jornal seja controlado por cúpulas partidárias ou sindicais, pretensamente em nome dos trabalhadores. Se tal foi possível, será uma grande arma para os trabalhadores alentejanos; se houver quem não esteja interessado na organização e libertação verdadeiras dos trabalhadores, o M. E. S. tomará a atitude mais coerente.

Núcleo de Évora do Movimento de Esquerda Socialista

ENCONTRO REGIONAL DE PROFESSORES DA ZONA NORTE

No último número do **E. S.** noticiámos, que este encontro se realizaria no dia 5 de Abril. Tal é incorrecto.

O encontro realizar-se-á a **12 de Abril**

"Só a verdade é revolucionária"

. A burguesia exploradora portuguesa, deixando de dispor inteiramente da sua policia de choque e dos seus pides, como até ao 25 de Abril, tentando enganar os trabalhadores, mascara-se de «popular» e «democrática». O papel dos partidos burgueses, todos aparecendo mais ou menos comprometidos com o 28 de Setembro e o 11 de Março, foi a partir dé 25 de Abril: confundir e dividir os trabalhadores (veja-se como se bateram pelo pluralismo sindical); impedir o fortalecimento da aliança entre o movimento de massas e os sectores progressistas do M.F.A. (veja-se a actuação do PPD face à justa ocupação do ex-Lawn Tenis Club pelos trabalhadores).

Para alcançar estes objectivos a reacção capitalista agrupada nos partidos burgueses têm lançado mãos aos seus largos recursos financeiros, não hesitando em caluniar as lutas dos trabalhadores, os partidos políticos progressistas e revolucionários, em lançar campanhas de boatos, em recorrer à violência.

Nos Açores, os métodos da reacção capitalista não diferem dos utilizados a nível nacional para obstruir o avanço do processo revolucionário no sentido do socialismo, manipulando o anticomunismo, ainda enraizado nas populações rurais e a forte influência do clero reaccionário.

A «APPLIED MAGNETICS» E AS CALÚNIAS DO PPD!

O MES apenas tem responsabilidades face aos explorados e oprimidos e é assim que vem tornar claro frente aos trabalhadores desta ilha:

Tem vindo o PPD (pela voz do dr. Magalhães Mota e depois do seu núcleo regional) a caluniar o Movimento da Esquerda Socialista afirmando que esta organização teria desencadeado neste fábrica um movimento reivindicativo no qual teriam resultado centenas de despedimentos. Ora o que acontece é que:

A Applied Magnetics é **uma das tantas empresas estrangeiras que se instalaram no nosso país aproveitando-se dos baixos salários garantidos pelo fascismo e que, como outras, logo que a situação deixou de lhes ser propicia,** trataram de se mudar para outras paragens. Não nos espanta que o PPD se sinta «chocado» com esse facto.

O MES tem afirmado inúmeras vezes que são os trabalhadores que devem controlar e dirigir as suas lutas, e portanto nunca competirá ao MES desencadear qualquer processo reivindicativo onde quer que seja. O MES limitou-se a estar presente nas lutas através dos seus militantes operários e a apoiá-las. Também não nos espanta que o PPD não esteja presente nas lutas dos trabalhadores e as calunie e tente sabotá-las. Quanto a este aspecto note-se que o PPD tentou fazer crer que a ocupação do Tenis foi movida por forças partidárias, quando foi claro que foram os próprios trabalhadores a tomarem a iniciativa e a concretizá-la.

Os despedimentos e o desemprego são consequência da crise que o capitalismo atravessa e são processos que os capitalistas utilizam para manter os seus lucros lançando na miséria milhares de trabalhadores: os despedimentos não são portanto consequência das lutas dos trabalhadores, e se os não há mais deve-se à maneira como os trabalhadores têm sabido lutar contra eles. Não nos espanta também que o PPD tema essas lutas e tente culpar os trabalhadores e suas organizações politicas dos despedimentos.

Tais atitudes do PPD estão perfeitamente consequentes com os interesses da classe que representa e defende: os interesses da burguesia capitalista, cada vez com maiores dificuldades em manter a marca de «popular» e «democrático».

Finalmente alertamos os trabalhadores contra a onda de boatos que circulam na nossa ilha. O MES assina o que faz e não se esconde atrás de siglas falsas, ou do anominato. Nesse sentido devem ser imediatamente denunciados aqueles que atribuem ao MES comunicados ou atitudes totalmente alheias ao Movimento.

SÓ A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA!
AVANTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR!
AVANTE PELO SOCIALISMO!

O Secretariado do Núcleo Regional de Angra do Heroismo do Movimento de Esquerda Socialista